

ANUÁRIO
DO
INSTITUTO RIO-BRANCO

1956 - 1957

34.014.25(058) 1950/1954

B803a

Ex. 1



Ac: 120
Reg: 583

INSTITUTO RIO-BRANCO

1956/1957

Diretor:

EMBAIXADOR LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA (até 26 de janeiro de 1956)
EMBAIXADOR ANTÔNIO CAMILLO DE OLIVEIRA

Chefe da Secretaria:

CONSELHEIRO VERA REGINA AMARAL SAUER

Chefe interina da Seção de Administração:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

Chefe interina da Seção de Pesquisas e Publicações:

MARIA LE VILHENA FABIANO DE ARAÚJO

Chefe interina da Seção Técnico-Pedagógica:

PROFESSORA RACHEL BIASOTTO MANO

Secretária do Diretor:

ELSA GOMES (de 9 de fevereiro de 1956 a 15 de maio de 1957)
NAURA TEIXEIRA LOPES DA CRUZ

A Secretaria do Instituto Rio-Branco apreciaria sugestões, críticas e indicações de possíveis erros a fim de melhorar as próximas edições deste Anuário.



1359/99

HISTÓRICO

O Instituto Rio-Branco foi criado por Decreto-lei de 18 de abril de 1945, sendo Ministro interino das Relações Exteriores o Embaixador J. Roberto de Macedo Soares. Traduzia-se, assim, oportunamente, em lei, uma sugestão formulada no ano anterior, por ocasião das Comemorações do Centenário do Parão do Rio-Branco, pelo então Primeiro Secretário Jorge Latour, Chefe da Comissão preparatória daquelas comemorações.

O Centro de estudos que nascia daquela sugestão e adquiria existência legal em 1945, se bem visasse à "formação e ao aperfeiçoamento dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores" e ao "preparo de candidatos ao concurso para a Carreira diplomática", — não chegou, contudo, a funcionar, nem foi regulamentado. Até que em 1946, novo Decreto-lei, o de número 9.032, de 6 de março, baixado por iniciativa do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador João Neves da Fontoura, veio dar ao Instituto recém-nato a finalidade que ele hoje tem.

Criando, com efeito, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, que passavam a constituir o currículo do Instituto, o citado Decreto-lei conferia a êste, com caráter de exclusividade, a dupla tarefa de selecionar e de preparar intelectualmente os aspirantes ao serviço externo do país.

Não é de agora que os responsáveis pela gestão do Ministério das Relações Exteriores vêm se empenhando por prover o serviço diplomático do Brasil com pessoal idôneo e capaz. Tal empenho nasceu, a bem dizer, com o Império. Já nos

começos daquele regime, um dos primeiros titulares da Pasta dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de Aracati se referia à necessidade de uma providência legal que correspondesse àquele duplo propósito. Posteriormente, vários dos seus sucessores manifestariam as mesmas preocupações; e assim, de ensaio em ensaio, chegou-se ao sistema de seleção constante do concurso de provas. Pôsto reiteradamente em prática no Império, tal sistema entraria nos costumes da República, com os reajustamentos que o tempo e as circunstâncias viriam aconselhando. Teoricamente bom, não tardou, entretanto, que fôsse êle, pouco a pouco, desvirtuado ou ladeado, ora pelo concurso de títulos, ora por outros subterfúgios, entre os quais o de repetidas equiparações de classes.

É que lhe faltava cunho compulsório, ou seja, o caráter de condição, sem a qual a ninguém seria lícito o acesso aos quadros do serviço externo.

O Decreto n.º 9.032, de 6 de março de 1946, veio sanar aquelas falhas, instituindo dois modos únicos e exclusivos de admissão ao cargo inicial da Carreira: o concurso, chamado direto, e o Curso de Preparação, ambos a cargo do Instituto Rio-Branco.

São notórias as vantagens da inovação. Primeiro, ela proscreve o critério político do processo de seleção de pessoal para o serviço externo do país; depois, coloca essa seleção em bases de exclusivo mérito intelectual e, finalmente, torna os cargos do serviço externo acessíveis a todos os brasileiros, com as restrições únicas que a lei estabelece.

E destarte o sistema atende, por igual as exigências técnicas da moderna administração, que se interessa, cada dia com mais empenho, em apurar os requisitos de aptidão legal e idoneidade profissional dos que se destinam ao seu serviço.

Ao imprimir-se esta nova edição do Anuário, doze anos terão passado desde o dia em que se instituiu esse novo processo de recrutamento de servidores do país no exterior. A experiência desses anos confirma de sobejo o acerto da inovação.

O pôsto de Diretor do Instituto Rio-Branco foi confiado por primeira vez ao Embaixador Hildebrando Accioly, a quem coube redigir o Regulamento dêste Centro de estudos. Coube igualmente ao ilustre internacionalista promover a primeira convocação a exames vestibulares e fixar os critérios pelos quais se regeriam.

Ao Embaixador Accioly seguiu-se, na direção do Instituto, o Ministro Hélio Lobo, em cuja administração foi o Curso de Aperfeiçoamento tornado obrigatório para os diplomados do Curso de Preparação. Em sua gestão foram também criadas as bôlsas de estudo, destinadas aos candidatos residentes nos Estados e que não dispõemham de recursos próprios para se manterem na Capital.

Nos nove anos seguintes, o Instituto trabalhou sob a direção do Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, que deu caráter universitário aos programas do Curso de Preparação e que sempre se esforçou por manter o Instituto no nível que hoje tem de centro de estudos superiores, adequado às graves responsabilidades que a lei lhe confere. Coube ao Embaixador Carvalho e Silva promover a elaboração do Regulamento interno do Instituto e do Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, que dá nova redação ao Regulamento dêste centro de estudos.

Branco dentre os funcionários da carreira de Diplomata, podendo, entretanto, para a segunda delas, ser contratada pessoa de fora daquela carreira.

A Seção Técnico-Pedagógica é chefiada por um especialista, designado para esse fim.

O Diretor terá um Secretário de sua designação, dentre os funcionários da carreira de "Diplomata".

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco faz parte do Ministério das Relações Exteriores, e está subordinado diretamente ao Ministro de Estado.

A Secretaria do Instituto Rio-Branco divide-se em 3 Seções: a de Administração, a de Pesquisas e Publicações e a Técnico-Pedagógica. A esta estão afetos os Cursos; dois deles, o de Preparação à Carreira de Diplomata — indispensável ao ingresso no serviço diplomático — e o de Aperfeiçoamento de Diplomatas — tornado por lei obrigatório aos que desejam servir no estrangeiro — são os cursos regulares do Instituto. O primeiro será, a partir de 1960, de três anos e o segundo é ministrado de forma mais ou menos intensiva, de acordo com as necessidades do serviço, variando de 2 a 6 meses seu tempo de duração. Ao lado destes, o Instituto tem a seu cargo a organização de Cursos de Extensão que são determinados, anualmente, pelo Diretor e dedicados, de preferência, a matérias que possam contribuir para ampliar os conhecimentos do pessoal da Casa, quer de carreira, quer administrativo.

O Diretor do Instituto Rio-Branco é nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado, dentre os diplomatas da categoria de Ministros de 1.^a classe, isto é, Embaixadores.

A Secretaria tem um Chefe, designado pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas de categoria de Ministros de 2.^a classe ou de 1.^{os} Secretários e Cônsules de 1.^a.

Os Chefes das Seções de Administração e de Pesquisas e Publicações são designados pelo Diretor do Instituto Rio-

Condições de Inscrição

Os requerimentos de inscrição, feitos em duas vias não seladas, com firma reconhecida na primeira, devem ser dirigidos ao Diretor do Instituto Rio-Branco.

O candidato, de um e outro sexo, deverá instruir o requerimento de inscrição com os documentos abaixo enumerados:

- a) prova de ser brasileiro nato; se casado, juntar certidão de casamento e prova de que o cônjuge é de nacionalidade brasileira (*), todas as certidões com firmas reconhecidas por tabelião;
- b) prova de que, por ocasião da matrícula, no mês de março, não terá ultrapassado o limite de idade, mínimo de vinte e máximo de trinta e três anos;
- c) carteira de identidade de repartição federal ou estadual competente;
- d) atestado de idoneidade moral, constante de folha corrida, tirada dentro de seis meses anteriores ou de cinco cartas de recomendação de cinco atuais ou ex-professores, chefes ou empregadores, com firmas reconhecidas. Tais cartas devem especificar a condição do signatário e o lugar onde exerce a sua atividade. Em caso de candidato eliminado ou desistente, que se apresente a novo vestibular, as cartas deverão ser renovadas. Cartas e folha corrida não valerão por mais de seis meses;
- e) atestado de vacinação anti-variolica, com menos de 1 ano, fornecido por Autoridade Sanitária, com firma reconhecida;

(*) Considerando que se encontra no Congresso Nacional o projeto de lei que modifica o parágrafo único do art. 1.º da Lei n.º 2.171, de 18 de janeiro de 1954, o Instituto aceitará, em caráter condicional, a inscrição de candidatos casados com pessoa de nacionalidade estrangeira.

ATIVIDADES

EXAME VESTIBULAR DO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATATA

Para obter matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os candidatos devem submeter-se a um exame vestibular que dará a medida de sua cultura humanística. No programa desse exame incluem-se ainda algumas disciplinas de tipo universitário, relacionadas, direta ou indiretamente com as matérias versadas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e que ministrem ao aluno idéias gerais sobre a história da cultura, sobre a evolução das idéias políticas e econômicas e seu substrato jurídico e sobre sociologia, filosofia, arte e literatura, com raízes na tradição clássica.

Vagas

O número de vagas é previamente fixado para cada exame vestibular, segundo as necessidades da administração do Itamaraty, procedendo-se ao seu preenchimento rigorosamente de acordo com a classificação dos candidatos aprovados.

Inscrições

A fim de oferecer igual oportunidade a todos os brasileiros, é dada ampla divulgação da abertura das inscrições para os exames vestibulares no *Diário Oficial* e jornais de mais significação na Capital Federal e nos Estados. Geralmente, o prazo das inscrições é de 60 a 90 dias.

f) certidão de licença clássica ou científica ou de conclusão do Curso Secundário por um dos regimes vigentes, a partir do Decreto n.º 16.182-A, de 13 de janeiro de 1925, ou ainda prova de estar matriculado em curso regular, de padrão oficial, de Escola Superior oficializada, ou de possuir diploma de Escola Superior oficial ou oficializada, ou de Universidade estrangeira, revalidado no Brasil (documento com firma reconhecida por tabelião);

g) formulário de dados pessoais, fornecido pelo Instituto, devidamente preenchido, em duas vias; se casado, o cônjuge preencherá também, o mesmo formulário, em uma única via. Retratos formato 3 x 4 deverão ser colados no lugar indicado.

Exame de Sanidade e Capacidade Física, Psíquica e Moral

Antes das provas intelectuais, os candidatos ao exame vestibular devem submeter-se a exames de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, ficando ainda sujeitos a um processo de investigação de costumes e conceito. Tais exames, confiados, cada ano, a entidades escolhidas pelo Diretor do Instituto, têm por objetivo a seleção de elementos aptos, física, psíquica e moralmente, para a carreira diplomática.

Matérias dos Exames de Conhecimento

As provas de nível intelectual se realizam na seguinte ordem:

Escritas:

Português, Francês, Inglês, História do Brasil, Geografia, Elementos de Economia Política, História Mundial Moderna, Noções Fundamentais de Direito e Cultura Geral.

Orais:

Português, Francês e Inglês.

Serão eliminatórias: a média aritmética das provas oral e escrita de Francês; a média aritmética das provas oral e escrita de Inglês; e todas as demais provas escritas, exceto a de Cultura Geral.

Considerar-se-ão aprovados os candidatos que obtiverem a nota mínima de cinquenta pontos em cada prova eliminatória e a média mínima de sessenta pontos no conjunto das matérias. Para o cálculo da média de conjunto atribuir-se-á: peso 3 (três) à média das notas das provas escritas e orais de Português, Francês e Inglês; peso 2 (dois) às notas das provas de História do Brasil, Geografia, Elementos de Economia Política, História Mundial Moderna e Noções Fundamentais de Direito; e peso 1 (um) à nota da prova de Cultura Geral.

Rigorosamente de acordo com a classificação final, serão matriculados no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os candidatos aprovados até o número de vagas fixado no edital de abertura de inscrição para o Exame Vestibular.

- | | | |
|---|---|-------------------------------|
| 1 | { | Português |
| | { | Francês |
| | { | Inglês |
| 2 | | Política Internacional |
| 3 | | Política Econômica |
| 4 | { | Direito Internacional Público |
| | { | Direito Internacional Privado |

Designação de Professores

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto, após aprovação do Ministro de Estado. Não havendo no Instituto cátedras efetivas a designação é feita para um ano letivo apenas, sendo porém comum a recondução dos professores no ano letivo imediato.

Seção Técnico-Pedagógica

O Chefe da Seção Técnico-Pedagógica se articulará com os professores para a elaboração dos programas do Curso, procurando imprimir unidade na orientação das matérias. Procurará também estabelecer periodicamente "mesas redondas" de professores, com a presença de representantes dos alunos e elementos da direção do Instituto, para uma apreciação crítica da matéria lecionada (contrôle dos programas) e para debates sobre questões relacionadas com a didática do ensino.

Frequência

É obrigatória a frequência às aulas do Curso. Só poderão comparecer aos exames finais os alunos que tenham assistido efetivamente a 85 % das aulas. Qualquer atraso será considerado falta; para a primeira aula será concedida uma tolerância de dez minutos. Os alunos que, por motivo de saúde devidamente comprovado, tiverem mais de 15 % de faltas, terão sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova ma-

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

(C.P.C.D.)

No Curso de Preparação, propriamente dito, o ensino corresponde, mais de perto, aos interesses específicos da Carreira. Os programas são orientados no sentido de uma especialização progressiva, de modo a abarcar os conhecimentos e desenvolver as qualidades que se requerem para o bom exercício da função diplomática. O capital de formação inicial, trazido dos cursos ginasial e colegial e apurado nos exames vestibulares, passa a ser aplicado num plano de utilização profissional.

As matérias que formam o currículo do Curso de Preparação estão distribuídas em quatro grupos: lingüístico, histórico, geo-econômico e jurídico, a saber:

1.º ANO

- | | | |
|---|---|---|
| 1 | { | Português |
| | { | Francês |
| | { | Inglês |
| 2 | { | História Diplomática do Brasil |
| | { | História Diplomática Mundial |
| 3 | { | Geografia |
| | { | Economia Política |
| 4 | { | Direito Constitucional e Administrativo |
| | { | Direito Civil e Comercial |

trícula uma só vez e no ano letivo imediato. Serão desligados do Curso os alunos que tiverem mais de 5 % de faltas não justificadas. (*)

Graus

A nota final anual de cada matéria será a média ponderada das notas do exame final, dos exercícios escolares e, se for o caso, da prova parcial, atribuindo-se o peso 2 (dois) à média aritmética das notas dos exercícios escolares, o peso 3 (três) à média aritmética da prova parcial e o peso 5 (cinco) à média aritmética das notas das provas escrita e oral do exame geral. (**)

Será considerado promovido à série seguinte, ou habilitado para obter certificado de conclusão do Curso o aluno que houver conseguido a média de 65 pontos no conjunto das matérias e a nota mínima de 50 pontos em cada disciplina.

Bolsas de Estudo

A fim de permitir aos brasileiros residentes nos Estados, o ingresso na carreira diplomática, o Instituto concede bolsas de estudo, cujo valor é fixado, a critério das possibilidades da verba e a critério do Diretor, àqueles que provarem domicílio fora do Distrito Federal e real incapacidade para prover à própria manutenção; em casos excepcionais, poderá ser dispensada a primeira exigência. Aos alunos repetentes, salvo quando a reprovação se tenha dado por motivo de doença, não serão concedidas bolsas de estudo.

(*) V. Relatório referente a 1956 — Legislação — Portaria de 8 de março de 1956.

(**) V. Relatório referente a 1956 — Legislação — Portaria de 29 de fevereiro de 1956.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

A aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.), de acôrdo com o art. 3.º do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946, é condição essencial, sem a qual os funcionários da classe inicial não poderão ser designados para servir no exterior. Constitui razão de preferência para promoção, observadas determinadas condições.

As matérias do currículo dêsse Curso, na maior parte de natureza técnica, correspondem a uma coordenação dos conhecimentos peculiares à carreira. Representam a parte prática de um plano de ensino, realizado em etapas anteriores, com um alcance comum a todos os diplomatas. Os programas dêste Curso identificam-se com a experiência de serviços da carreira.

Movem-se, portanto, dentro das linhas de interesse profissional e, por isso mesmo, desde 1946 têm sofrido alterações na sua organização.

Matérias

O currículo do C.A.D., desde o Decreto n.º 29.608, de 30 de maio de 1951, compõe-se de quatro classes:

- 1) Prática Diplomática.
- 2) Prática Consular.
- 3) Tratados e Política Econômica do Brasil.
- 4) Estudos Brasileiros (Problemas sociais e econômicos).

As duas primeiras classes visam a dar os conhecimentos especializados de utilização freqüente na vida funcional do diplomata ou do cônsul.

A terceira e quarta classes versam sobre as matérias básicas do Curso. A primeira das duas compreende análises da política econômica atual do Brasil, do conteúdo e forma dos acordos vigentes e da técnica das negociações.

A segunda das duas é ministrada em aulas separadas. Na primeira delas, é estudada a realidade social brasileira, seus componentes e seus problemas específicos. Na segunda, como o seu enunciado o indica, estudam-se os problemas econômicos do Brasil, como se postulam, seus alcances e suas soluções possíveis.

O Curso de Aperfeiçoamento se completa com uma série de conferências, feitas pelos próprios alunos, sobre temas sorteados de uma lista preparada adrede pelo Diretor do Instituto. Tais temas versam, ordinariamente, sobre História Diplomática do Brasil, História Diplomática Mundial, Política Internacional e casos especiais de aplicação da doutrina do Direito Internacional Público e do Direito convencional.

CURSOS DE EXTENSÃO E ESPECIAIS.

Além dos cursos permanentes, o Instituto Rio-Branco vinha realizando outros, de natureza monográfica, Especiais (para funcionários do Itamaraty não pertencentes à Carreira de Diplomata e para estudantes de Escolas Superiores) e de Extensão (para os funcionários diplomáticos do Itamaraty).

Êstes cursos, no entanto, devido à carência de verba, estão suspensos desde 1933.

RELATÓRIO REFERENTE A 1956

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

(C. P. C. D.)

EXAME VESTIBULAR PARA O ANO DE 1956

Em 1956, o programa do Exame Vestibular para o C.P.C.D. sofreu modificações que tinham por objeto dar-lhe um caráter mais objetivo. O novo programa foi aprovado pela Portaria ministerial de 4 de maio de 1956 (*). Além dessas, outras alterações foram propostas e aceitas (Portaria ministerial de 3 de maio de 1956 (**), com relação à prova de Cultura Geral, que passou a ser escrita, e aos exames de Francês e Inglês, dos quais foi tornada eliminatória não apenas a prova escrita, mas a média aritmética das provas escrita e oral. As inscrições ficaram abertas de 14 de maio a 16 de agosto.

Os Exames de Sanidade e Capacidade Física foram realizados no Instituto de Seleção e Controle do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Brigadeiro-Médico Salvador Uchôa Cavalcanti. Para os Exames Psicotécnicos, a banca examinadora, escolhida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco numa lista de nomes proposta pelo Sr. Ministro da Saúde, teve a seguinte constituição:

Presidente:

Professor Nilton Campos.

Examinadores:

Doutor Cleóculo Vianna Guerra
Doutor Eustachio Portella Nunes
Doutor Lourival Ferreira Coimbra
Doutor Rawilson Prestes Lemos
Doutor Roberto de Souza Bittencourt

* V. Legislação.

** V. Legislação.

Doutor Waldemar Zusman
Psicólogo Roger Séguin.

MOVIMENTO GERAL DAS PROVAS:

Candidatos inscritos	162
Inscrições indeferidas	8*
Eliminados no Exame de Sanidade e Capacidade Física	8
Eliminados nos Exames Psicotécnicos	21
Eliminado em Investigação de costumes	1
Desistentes	7

PROVAS INTELECTUAIS ELIMINATÓRIAS

<i>Português</i> — Escrita — Compareceram 119 candidatos — Aprovados	64
---	----

(Dêses, 5 não foram chamados à prova seguinte, em virtude de haverem sido eliminados no exame psicotécnico, cujo resultado só foi divulgado após a prova de português).

<i>Francês</i> — Escrita e Oral — Compareceram 59 candidatos — Aprovados	42
<i>Inglês</i> — Escrita e Oral — Compareceram 42 candidatos — Aprovados	33
<i>História do Brasil</i> — Escrita — Compareceram 33 candidatos — Aprovados	33
<i>História Mundial Moderna</i> — Escrita — Compareceram 33 candidatos — Aprovados	28
<i>Geografia</i> — Escrita — Compareceram 28 candidatos — Apro- vados	27
<i>Elementos de Economia Política</i> — Escrita — Compareceram 28 candidatos — Aprovados	27
<i>Noções Fundamentais de Direito</i> — Escrita — Compareceram 27 candidatos — Aprovados	27

PROVAS INTELECTUAIS CLASSIFICATÓRIAS

Cultura Geral — Escrita.

Português — Oral.

Conseguiram média global	27 candidatos
--------------------------------	---------------

* Dêses, dois submeteram-se a Exame Psicofísico em virtude de mandado de segurança.

Damos a seguir, por ordem de classificação, a lista final dos candidatos aprovados:

Narto Lanza.
João Carlos Pessoa Fragoso.
Lavinia Augusta Machado.
Álvaro da Costa Franco Filho.
José Constandio Austregésilo de Athayde.
Heitor Soares de Moura Filho.
Francisco Thompson Flores Neto.
Celeste Dezon Costa Hasslocher.
Miguel Pedro de Vasconcellos Souza.
Aderbal Costa.
Luiz Fernando do Couto Nazareth.
Luiz Villarinho Pedroso.
Marcos Henrique Camillo Côrtes.
Jorge Carlos Ribeiro.
Adriano Benayon do Amaral.
Landulfo Victoriano Borges da Fonseca.
Walter Wehrs.
João Augusto de Médicis.
Bernardino Raimundo da Silva.
Maud Polly Góes.
Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso.
Carlos Henrique Paulino Prates.
Isaura Maria de Morin Parente de Mello.
Mário Augusto Santos.
Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos.
Cláudio Luiz dos Santos Rocha.
Sérgio Seabra de Noronha.

As bancas examinadoras presididas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Antônio Camillo Oliveira, e assessoradas pelo Conselheiro Vera Regina Amaral Sauer, Chefe da Secretaria, Professora Rachel Biasotto Mano, Encarregada, interina, da Seção Técnico-Pedagógica e Consul Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho, ficaram assim constituídas:

Português — Professor Joaquim Matoso Câmara Júnior e Professor Hamilton Elia;

Francês — Professor Louis Viala e Professora Raymonde Vasconcellos;

Inglês — Professor John Mulholland e Professora Carmen Saraiva;

História do Brasil — Professor Arthur Cesar Ferreira Reis;

História Mundial Moderna — Professor Américo Jacobina Lacombe;

Geografia — Professor Nilo Bernardes;

Elementos de Economia Política — Professor João Paulo de Almeida Magalhães;

Noções Fundamentais de Direito — Doutor Carlos Medeiros da Silva;
Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Professor Renato Almeida.

C. P. C. D.

Não houve alteração quanto ao currículo do Curso, cujas aulas tiveram início em 1.º de março. Algumas modificações foram, contudo, introduzidas com relação ao regime escolar, sendo as principais: supressão dos exames de segunda época, sendo as principais: supressão dos exames de segunda época, estabelecidos pelo Decreto n.º 35.096, de 19 de fevereiro de 1954, passando a promoção à série seguinte a ser feita de acordo com o disposto nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956*; alteração dos pesos para os exercícios escolares, provas parciais e provas finais (Portaria ministerial de 29 de fevereiro de 1956). **

PRIMEIRO ANO LETIVO

Da turma do 1.º ano faziam parte, inicialmente, os 17 candidatos aprovados no Exame Vestibular. Em agosto, foi feita a matrícula do Sr. Joayrton Martins Cahu, em cumprimento de decisão judicial; passou, portanto, a turma a ser composta de 18 alunos.

Em julho, realizaram-se as provas parciais e em novembro e dezembro os exames finais.

CORPO DOCENTE

Português

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima.
Substituto: Professor Raul Lellis.

Francês

Professora Louise Jaquier.

Inglês

Professor John Mulholland.

História Diplomática do Brasil

Professor José Honório Rodrigues.

História Diplomática Mundial

Professor Carlos Delgado de Carvalho.

Geografia

Professor Hilgard O'Reilly Sternberg.

Economia Política

Professor Jayme Magrassi de Sá.

* V. Legislação.

** V. Legislação.

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Hamilton Leal.

Direito Civil e Comercial

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.

EXAMINADORES

Português

Professores Carlos Henrique da Rocha Lima e Jesus Belo Galvão;

Francês

Professoras Louise Jaquier e Raymonde Vasconcellos;

Inglês

Professores John Mulholland e John Knox;

História Diplomática do Brasil

Professores José Honório Rodrigues e Carlos Delgado de Carvalho;

História Diplomática Mundial

Professores Carlos Delgado de Carvalho e José Honório Rodrigues;

Geografia

Professores Hilgard O'Reilly Sternberg e Fábio Macedo Soares Guimarães;

Economia Política

Professores Jayme Magrassi de Sá e Ministro Otávio Augusto Dias Carneiro;

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Hamilton Leal e Desembargador Oscar Accioly Tenório.

Direito Civil e Comercial

Professores José Cândido Sampaio de Lacerda e Desembargador Oscar Accioly Tenório.

CORPO DISCENTE

(Em ordem de classificação)

Ivan Veloso da Silveira Batalha.
Alberto Vasconcelos da Costa e Silva.
Luiz Orlando Carone Gélío.
Sérgio Martins Thompson Flores.
Marcos Castrioto de Azambuja.

Alvaro Bastos do Valle.
Bernardo de Azevedo Brito.
Sérgio de Queiroz Duarte.
Laura Maria Malcher de Macedo.
René Maguenauer.
José Maria Diniz Ruiz de Gamboa.
Livieto Justino de Souza.
René Luiz Cavé Rainho.
Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti.
Joayrton Martins Cahu.
Carlos Antonio Bettencourt Bueno.
Cecilia Maria Prada.
Moacyr Moreira Martins Ferreira.

SEGUNDO ANO LETIVO

Cursaram o 2.º ano do C.P.C.D. os seguintes alunos, relacionados de acôrdo com a classificação final obtida:

Sérgio Paulo Rouanet.
Amaury Bier.
Eduardo Portella Netto.
Antônio Amaral de Sampaio.
Pedro Carlos Neves da Rocha.
Sérgio da Veiga Watson.
Luiz Cláudio Pereira Cardoso.
Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio.
Ivone Magno Pantoja.
Asdrubal Pinto de Ulysséa.
Luiz Emery Trindade.
Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto.
Murilo de Miranda Basto Júnior.
Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza.
Cláudio Cabussu Tourinho.
Enaldo Camaz de Magalhães.
Octavio Eduardo Guinle.

A entrega dos diplomas realizou-se a 20 de dezembro, no Ministério das Relações Exteriores, em cerimônia presidida pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República, sendo paraninfo da turma o Embaixador Rubens de Melo e orador o aluno Eduardo Portella Netto.

Português

Professor Jesus Belo Galvão.

Francês

Professora Louise Jaquier.

* Reprovado em Geografia; submetido a exame de 2.ª época em cumprimento de liminar concedida em mandado de segurança.

Inglês

Professor John Knox.

Política Econômica

Professor Jayme Magrassi de Sá.

Política Internacional

Doutor João Baptista Barreto Leite Filho.

Direito Internacional Público

Embaixador Hildebrando Accioly.

Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.

Direito Internacional Privado

Desembargador Oscar Accioly Tenório.

EXAMINADORES

Português

Professores Carlos Henrique da Rocha Lima e Jesus Belo Galvão.

Francês

Professoras Louise Jaquier e Raymonde Vasconcelos.

Inglês

Professores John Mulholland e John Knox.

Política Econômica

Professor Jayme Magrassi de Sá e Ministro Otávio Augusto Dias Carneiro.

Direito Internacional Privado

Desembargador Oscar Accioly Tenório e Professor Hamilton Leal.

Direito Internacional Público

Embaixador Hildebrando Accioly e Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.

Política Internacional

Professor João Baptista Barreto Leite Filho e Ministro Luís Leivas Bastian Pinto.

TURMA DIPLOMADA EM 1956

Amatory Bier (Distrito Federal)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Aspirante a Oficial da Reserva pelo C.P.O.R. de São Paulo.

Antônio Amaral de Sampaio (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Representante do Ministério da Educação no XIV Congresso do USNA (United States National Students Association), Minneapolis — Minnesota, U.S.A. Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Asdrubal Pinto de Ulysséa (Paraíba)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Sócio do Instituto Brasileiro de Geografia e História.

Carlos Eduardo de Afonseca Alves de Souza (Distrito Federal)

Certificado de conclusão de Curso Clássico.

Cláudio Cabussu Tourinho (Distrito Federal)

Estudante de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Eduardo Portella Neto (Distrito Federal)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Curso de Aperfeiçoamento em Economia da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.

Enaldo Camaz de Magalhães (Distrito Federal)

Estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Funcionário do Banco do Brasil, por concurso, de 1952 a 1956.

Ivone Magno Pantoja (Pará)

Curso o 1.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Diploma do Curso de História da América da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Luiz Cláudio Pereira Cardoso (Distrito Federal)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Luiz Emery Trindade (Distrito Federal)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diploma "Honorable" do Curso da Alliance Française. Diploma de Professor de Piano da Escola Nacional de Música. Redator de programas radiofônicos — Rádio Roquete Pinto da P.D.F. e Rádio Ministério da Educação.

Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto (Rio Grande do Sul)

Estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal.

Murillo de Miranda Basto Júnior (Distrito Federal)

Diploma de Curso Secundário pelo Liceu Pedro Nunes — Lisboa, revalidado pelo Colégio Pedro II. Curso de Especialização em Português pela Faculdade de Lisboa.

Octavio Eduardo Guinle (França — Brasileiro por opção, de acordo com o art. 69, § 3.º da Constituição de 1891).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal.

Paulo de Oliveira Pires do Rio (Distrito Federal)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Pedro Carlos Neves da Rocha (França — Brasileiro por opção, de acordo com o art. 130, letra B, da Constituição de 1937 e art. 1.º, letra D, do Decreto-lei n.º 389, de 25 de abril de 1938).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Certificado de Curso de Doutorado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Sérgio Paulo Rouanet (Distrito Federal)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Sérgio da Veiga Watson (Distrito Federal)

Certificado de Conclusão de Curso Científico. "Lower Certificate in English" da Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Michigan. "Diploma de Suficiência" da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Aspirante a Oficial da Reserva, pelo C.P.O.R. do Rio de Janeiro.

Concluíram o curso os 15 alunos abaixo relacionados, de acôrdo com a classificação obtida:

Aleides da Costa Guimarães Filho
Renato Madasi
Lindolfo Leopoldo Cellor
Paulo Monteiro Lima
Guy Marie de Castro Brandão
Augusto Estelita Lins
Lael Simões Barbosa Soares
Maria Sandra Cordeiro de Mello
Ronald Leslie Moraes Small
Sérgio Fernando Guarischi Bath
Luiz Loureiro Dias Costa
José Olympio Rache de Almeida
Pedro Emílio Penner da Cunha
Carlos Augusto de Proença Rosa
Fernando de Salvo Sousa.

Inscreveu-se no Curso, na cadeira de Tratados e Política Econômica do Brasil, como aluno voluntário, o Cônsul Paulo Valladares, que prestou exame dessa matéria, tendo sido aprovado.

CORPO DOCENTE

Prática Diplomática (Organização e Métodos de Trabalho do Serviço Diplomático) — Ministro Jorge Latour.

Prática Consular — Cônsul Geral Alfredo Polzin.

Tratados e Política Econômica do Brasil — Professor Jayme Magrassi de Sá.

Estudos Brasileiros — Professor Francisco Mangabeira.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

(C. A. D.)

A exemplo dos anos anteriores, e em obediência ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946, realizou-se, de 16 de julho a 27 de setembro, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, previsto no Regulamento do Instituto.

O currículo do Curso regeu-se pela Portaria n.º 10, de 22 de julho de 1956. *

Com relação à Cadeira de Prática Diplomática (Problemas Internacionais), foram realizadas as seguintes conferências:

“Os países subdesenvolvidos e a cooperação internacional”
Doutor Raul Prebisch.

“Direito Internacional — Relações Internacionais”
Doutor Themistocles Brandão Cavalcanti.

“O Congresso e a Política Exterior do Brasil”
Deputado Afonso Arinos de Mello Franco.

“A Igreja e os problemas internacionais”
Dom Helder Câmara.

“A Organização dos Estados Americanos”
Embaixador Tulio Cesar Delgado.

“Conflito entre o Ocidente e o Oriente”
Doutor Austregésilo de Athayde.

“Técnica de planejamento e as relações internacionais”
Doutor Hélio Jaguaribe de Matos.

“Produtos minerais — O que produzimos e o que importamos”
Professor Edgard Fróes de Abreu.

“Política Externa — Aspectos controversos”
Embaixador Antonio Camillo de Oliveira.

* V. Legislação.

conforme a natureza da obra), atualização de listas de autoridades, jornalistas, intelectuais, estudiosos de história, bibliotecas, universidades e outras entidades culturais brasileiras e estrangeiras, contróle nos cartões de retôrno e organização de fichário das pessoas interessadas nas publicações editadas pelo Instituto Rio-Branco.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Foi publicado no decorrer do ano, o tomo II da 1.^a parte da obra "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri", sendo providenciada a distribuição de cerca de 900 volumes da referida obra.

Procedeu-se à revisão das primeiras provas do tomo II da 4.^a parte "Negociações", as quais, entregues ao Departamento de Imprensa Nacional, já foram devolvidas ao Instituto para revisão das segundas provas.

Acha-se em fase de composição o 5.^o volume: "Execução do Tratado", da obra supracitada.

Encontra-se preparada para ser reeditada a "Esquisse de l'Histoire du Brésil", da coleção de obras do Barão do Rio-Branco. A revisão foi feita em leitura comparada com o original oferecido a Joaquim Nabuco, e ora pertencente à Biblioteca do Itamaraty, e o original de uma tiragem especial, da coleção do Barão, que faz parte do acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional. Ao Professor José Honório Rodrigues coube a preparação do prefácio.

Está em poder do Professor Jaime Cortesão o seu trabalho: "O Brasil nos Velhos Mapas", para ser revisto e completado.

A seção se encarregou ainda dos seguintes trabalhos de rotina: correspondência, distribuição e remessa de obras anteriormente editadas (mediante a seleção dos interessados

BIBLIOTECA

No decorrer do ano de 1956, a Biblioteca do Instituto Rio-Branco aumentou seu acervo bibliográfico de 2.681 para 3.051 volumes, tendo adquirido, portanto, 370 publicações, por meio de compra e doações.

Está sendo organizado o fichário de livros pelo sistema de catálogo dicionário. Para uniformização das fichas, a Biblioteca é compradora e colaboradora do Serviço de intercâmbio de Catalogação, mantido pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Mantém, ainda, a Biblioteca um fichário Kardex para publicações periódicas.

ESTATÍSTICA GERAL DOS TRABALHOS

AQUISIÇÃO: de livros e folhetos

Por compra	180
Por doação	190
Total	370

de periódicos

Por compra (assinatura)	15
(2 nacionais e 13 estrangeiros).	
Por doação	18
(14 nacionais e 4 estrangeiras).	

Principais doadores: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), União Pan-americana (UPA) e Embaixada Americana.

Empréstimo: A Biblioteca adota o sistema de livre acesso às estantes.

Além das consultas feitas na própria sede, foi o seguinte o movimento de publicações: livros — 375, periódicos — 258.

PROGRAMAS

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

I — PORTUGUÊS

1. PROVA ESCRITA

a) *Língua* (questões objetivas):

1. Origem e formação da língua portuguesa.
2. A língua portuguesa no Brasil.
3. Classificação de palavras.
4. Formação e flexão de palavras.
5. Sinónimos e antónimos.
6. Verbos irregulares e defectivos.
7. Emprego dos pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos e relativos).
8. Concordância.
9. Regência.
10. Análise sintáctica (funções sintáticas e classificação de orações).
11. Sentido figurado das palavras.
12. Figuras de sintaxe.
13. Sintaxe ideológica e sintaxe afetiva.
14. O ritmo da prosa e o do verso.

b) *Literatura* (questões objetivas; pequenas dissertações):

I — *Literatura Portuguesa*.

1. A Época Medieval; prosa e verso (noções gerais).
2. O Quinhentismo. O Teatro vicentino.
3. O Renascimento. Seus introdutores.
4. Canções, lírico e épico.
5. O Seiscentismo; a prosa do século XVII: V'eira, Bernardes e Frei Luis de Sousa.
6. O Arcadismo. Bocage.
7. O Romantismo. Garrett, Herculano, Castilho, Camilo.
8. O Realismo. Antero de Quental e Eça de Queirós.

II — *Literatura Brasileira.*

1. A literatura colonial do século XVI a XVIII.
 2. Frei Vicente do Salvador e Gregório de Matos.
 3. O grupo mineiro; épicos e líricos.
 4. O Romantismo (prosa e verso); Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Castro Alves, Manuel de Macedo, José de Alencar, Manuel Antonio de Almeida.
 5. O Parnasianismo. Alberto de Oliveira, Olavo Bilac e Raimundo Correia.
 6. O Naturalismo. Aluísio de Azevedo e Raul Pompéia.
 7. Machado de Assis.
 8. O Simbolismo. Cruz e Sousa, Alfonsus de Guimarães e Mario Pederneras.
 9. O Modernismo. ..
- c) Resumo de um trecho escrito, entregue ao examinando na ocasião da prova.
- d) Dissertação sobre um tema de ordem geral, sorteado de lista previamente organizada.

2. PROVA ORAL

- a) Leitura e explicação de texto da língua moderna, sorteado no momento.
- b) Arguição sobre ponto sorteado do programa de Literatura.

II — FRANCÊS

1. PROVA ESCRITA

- a) *Gramática* (questões objetivas e composição de pequenas frases).
1. Formação das palavras: derivadas e compostas — famílias de palavras, sinónimos e antónimos.
 2. O substantivo: formação do feminino e do plural, sintaxe do substantivo.
 3. O artigo e o adjetivo qualificativo: os diferentes artigos (definido, indefinido, partitivo), seu emprego. Formação do plural e do feminino dos adjetivos qualificativos, sintaxe dos adjetivos qualificativos.
 4. Os pronomes pessoais: formas dos pronomes pessoais, sintaxe.
 5. Os pronomes e adjetivos demonstrativos: formas e sintaxe.
 6. Os pronomes e adjetivos possessivos: formas e sintaxe.
 7. Os pronomes interrogativos, relativos: formas e sintaxe.
 8. Os pronomes indefinidos: formas e sintaxe.

9. O verbo: conjugações — verbos irregulares — sintaxe do verbo: os sujeitos e os complementos do verbo — regras de concordância (concordância dos participios) — emprego dos tempos e dos modos.
10. Os advérbios: formação dos advérbios de modo — os diferentes advérbios — sintaxe do advérbio.
11. Preposições e conjunções: formas e sintaxe.
12. Galicismos; expressões idiomáticas de uso corrente.

- b) Versão de dois ou mais pequenos trechos, de estilos diferentes.
- c) Redação (em qualquer uma de suas formas).

2. PROVA ORAL

- a) Leitura e tradução, à primeira vista, de um trecho e resposta a perguntas relacionadas com o assunto tratado pelo autor.
- b) Desenvolvimento de um tema da atualidade sorteado de lista previamente organizada e conversação sobre o mesmo.

III — INGLÊS

1. PROVA ESCRITA

- a) *Gramática* (questões objetivas, tipo "test"):

1. Flexão e sintaxe dos substantivos.
2. Sintaxe dos artigos e dos adjetivos.
3. Sintaxe dos pronomes.
4. Flexão e sintaxe dos verbos regulares e irregulares; emprego dos auxiliares; emprego dos tempos.
5. Sintaxe do infinitivo, do gerúndio e dos participios.
6. Sintaxe dos advérbios.
7. Emprego das preposições e das conjunções.
8. Construção das frases e colocação das palavras.
9. Expressões e construções idiomáticas.
10. Sinónimos e antónimos; homófonos e homónimos; derivados.

- b) Versão de dois ou mais pequenos trechos, de estilos diferentes.

- c) Redação (em qualquer uma de suas formas).

2. PROVA ORAL

- a) Leitura e tradução, à primeira vista, de um trecho e resposta a perguntas relacionadas com o assunto tratado pelo autor.
- b) Desenvolvimento de um tema da atualidade sorteado de lista previamente organizada e conversação sobre o mesmo.

IV — HISTÓRIA MUNDIAL MODERNA

PROVA ESCRITA

1.^a Parte — *Da Paz de Westfalia aos Tratados de Utrecht e de Rastadt.*

1. Os Tratados de Westfalia e a Europa em 1648.
2. A Inglaterra sob os Stuarts — de 1603 a 1688.
3. A Monarquia espanhola e as Províncias Unidas no século XVII.
4. A França de Luís XIV — Questões internas e administração.
5. A Rivalidade sueco-russa: Pedro I e Carlos XII.
6. A Política europeia de 1660 a 1714 — Preponderância francesa — As Coligações — Os Tratados de Utrecht e Rastadt.
7. O Recuo do Império Otomano — Paz de Passarowitz (1718).

2.^a Parte — *Dos Tratados de 1714 ao Congresso de Viena.*

1. A Inglaterra no século XVIII — Os Hanoverianos.
2. A França depois de 1715 — Regência — Luís XV.
3. O Reino da Prússia — Frederico II.
4. A Política europeia de 1740 a 1763.
5. O Despotismo esclarecido — Partilha da Polónia.
6. A Colonização na América — Evolução da América Latina. Rivalidade franco-britânica — Os Estados Unidos.
7. A Revolução francesa — Reorganização política — Política Exterior: Coligações.
8. O Consulado e o Império de Napoleão — Sua Obra.

3.^a Parte — *Do Congresso de Viena ao Tratado de Versalhes.*

1. O Congresso de Viena e as Restaurações na Europa.
2. A Revolução Industrial e seus resultados.
3. As Revoluções Liberais e Nacionais de 1830 e 1848.
4. A Inglaterra — Suas Reformas, sua expansão colonial.
5. A França da 2.^a República e do 2.^o Império.
6. A Questão do Oriente, até o Tratado de Paris (1856).
7. Cavour e a Unidade Italiana — Questão romana.
8. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
9. Absolutismo e Reformas na Rússia — Os Balcanos — Tratado de Berlim (1878).
10. As Nações latinas da América no século XIX.
11. Os Estados Unidos — Expansão territorial — Guerra de Secessão — Isolacionismo.
12. O Extremo Oriente: China e Japão.
13. A Primeira Grande Guerra e o Tratado de Versalhes.
14. A Política europeia da Paz Armada de 1878 a 1914.

4.^a Parte — *Do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.*

1. Relações Internacionais e problemas económicos.
2. Política Interna dos Estados Democráticos.

V — HISTÓRIA DO BRASIL

PROVA ESCRITA

1. O descobrimento.
2. As primeiras Expedições e as Capitánias hereditárias.
3. Os Governos Gerais e a conquista do litoral. A expansão para o Norte.
4. A luta contra os invasores.
5. Bandeiras e Bandeirantes.
6. Minas de Ouro e Prata.
7. O Continente do Rio Grande do Sul.
8. As lutas autonomistas.
9. A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil.
10. D. João. O Brasil Reino. A Política exterior de D. João VI. A Aliança Inglesa. A conquista da Guiana Francesa. Luta com Artigas.
11. A revolução de 1817 em Pernambuco. A regência de D. Pedro.
12. A Independência.
13. O Governo de D. Pedro I. O predomínio do poder central. Os conflitos no Prata (Cisplatina).
14. A Regência. O ato adicional. A agitação nas províncias.
15. D. Pedro II. As últimas revoltas.
16. A questão religiosa, militar e a propaganda republicana.
17. A Primeira República. A Constituição de 1891. Presidências. População, imigração, agricultura, instituições culturais, pensamento jurídico e político.
18. A Política Exterior da Primeira República. Questão com a Inglaterra: Ilha da Trindade, consolidação das fronteiras. A questão do Acre. As conferências da Paz e as Pan-americanas. O Comércio externo. A Primeira Guerra Mundial. A Conferência da Paz. A Liga das Nações. A Corte de Haia.
19. A crise da Primeira República. Canudos. Jacobinismo, civilismo e revoltas militares. Presidências.
20. A Segunda República. A Revolução de 1930. A Constituição de 1934. As crises económico-políticas. O golpe comunista de 1935. A Constituição de 1946. A Política trabalhista. A renovação literária e artística (modernismo). A Segunda Guerra Mundial. A Siderurgia. O desenvolvimento económico.

VI — GEOGRAFIA

PROVA ESCRITA

I — *Princípios gerais de Demografia.*

1. Cartografia.
2. Clima.
3. Relevo.
4. Hidrografia.
5. Solos.
6. Vegetação.

2.^a Parte — *Ocupação humana das regiões geográficas.*

1. Regiões áridas.
2. Regiões de florestas tropicais.
3. Regiões mediterrâneas.
4. Regiões de florestas de latitude média.
5. Regiões das pradarias (campos e savanas).
6. Regiões de florestas boreais.
7. Regiões polares.
8. Regiões montanhosas.

3.^a Parte — *Elementos de Geografia Política.*

1. Os Estados Unidos da América.
2. México, América Central e países antilhanos.
3. Venezuela, Colômbia e Equador.
4. Peru, Chile e Bolívia.
5. Os países do Prata.
6. As penínsulas ibérica e itálica.
7. A União Francesa.
8. A Comunidade Britânica de Nações.
9. Alemanha e Europa Central.
10. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
11. Os países escandinavos.
12. Oriente Médio e Próximo.
13. O Extremo-Oriente.

4.^a Parte — *Geografia geral e regional do Brasil.*

1. Aspectos gerais da geografia física.
2. Aspectos gerais da geografia humana.
3. Aspectos gerais da geografia econômica.
4. As grandes regiões geográficas brasileiras (divisão do Conselho Nacional de Geografia).

VII — ELEMENTOS DE ECONOMIA POLÍTICA

PROVA ESCRITA

I — *Princípios gerais de Demografia.*

A população: estrutura por sexo, por idade; taxas de natalidade e de mortalidade; força-de-trabalho; especialização do trabalho, povoamento, movimentos demográficos.

II — *Princípios gerais de Economia Política.*

Agentes econômicos — Atividades econômicas — Bens e serviços — Fatores de produção — Bens de consumo e bens de produção — O processo econômico — A produção e distribuição da riqueza.

III — *A economia da empresa — Noções gerais.*

A empresa como unidade de produção — Noções gerais de concorrência perfeita, monopolística e oligopolística.

IV — *A renda nacional — Noções gerais.*

Produto nacional bruto — Produto nacional líquido — Renda Nacional — A formação e a repartição da renda nacional — A fortuna nacional.

V — *Noções gerais de conjuntura econômica.*

Estática e dinâmica econômica — Estrutura e conjuntura econômica — Ciclo econômico — Teorias do crescimento da renda.

VI — *Princípios de economia monetária.*

Noções de valor, de preço e de mercado — Oferta e procura — Moeda e crédito — A taxa de juros — Noções gerais sobre inflação e deflação.

VII — *Noções gerais de comércio-internacional.*

Intercâmbio — Balanço de comércio e de pagamentos — Taxa de câmbio — Taxas aduaneiras e controle do intercâmbio — Relação de trocas — Princípios da teoria do comércio internacional.

VIII — *Noções gerais de finanças.*

Finanças públicas e privadas — Tributações — Orçamentos públicos — Títulos públicos — Crédito público — Dívida pública.

IX — *Principais escolas econômicas.*

Linhas gerais das principais escolas: Mercantilista — Fisiocrática — Clássica — Neo-clássica — Keynesiana, etc.

X — *Sistemas econômicos comparados.*

Principais características dos sistemas capitalista, socialista e marxista. A economia do bem estar social.

VIII — NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

PROVA ESCRITA

- I — a) O direito e a moral;
b) Do direito público e do direito privado;
c) Do direito objetivo.
- II — a) Fontes do direito objetivo;
b) Fonte imediata: a lei;
c) Fontes mediatas: os costumes; os princípios gerais de direito das nações cultas; a doutrina e a jurisprudência.
- III — a) Codificação. As codificações brasileiras, idéias gerais a respeito;
b) Elaboração da lei;
c) Classificação das leis.
- IV — a) Eficácia da lei no tempo e no espaço;
b) Publicação da lei;
c) O princípio da irretroatividade das leis.
- V — a) Os conflitos de leis, como objeto do direito internacional;
b) Interpretação das leis no sistema positivo brasileiro;
c) Lacunas da lei e cessação da eficácia da lei.
- VI — a) Do direito subjetivo;
b) Sujeito, objeto e relação do direito;
c) Pessoas jurídicas e pessoas naturais.
- VII — a) Do Estado; conceito e elementos constitutivos;
b) Formas do Estado;
c) Formas de governo.
- VIII — a) Ramos do Direito público: Direito Constitucional, conceito e estrutura do Estado Brasileiro;
b) Direito Administrativo, conceito e estrutura da administração brasileira;
c) Direito Internacional Público, conceito, fundamento e principais organismos internacionais.
- IX — a) Ramos do Direito privado: Direito Civil — parte geral;
b) Direito Comercial: conceito de ato de comércio; conceito de comerciante e divisão das sociedades comerciais;
c) Direito Marítimo e Aeronáutico, conceitos gerais.

IX — CULTURA GERAL

O exame de Cultura Geral, que apenas determina a classificação definitiva dos candidatos, já aprovados nas provas anteriores far-se-á por meio de prova escrita que constará de dissertação ou dissertações, sobre temas sorteados de uma relação, elaborada pela banca examinadora, horas antes.

Os temas serão de caráter geral, de modo a permitir cada um deles, pela variedade de seus aspectos, tratamento revelador da extensão e nível dos conhecimentos do examinando.

Não há programa ou roteiro, nem prévia especificação dos assuntos, porquanto a finalidade da prova é medir o índice efetivo de conhecimentos do candidato, sem as limitações de uma preparação interessada.

1.º ANO LETIVO

PORTUGUÊS

I — Objetivos:

1. Dar ao aluno a capacidade de expor, oralmente e sobretudo por escrito, suas idéias, pensamento e sentimentos acerca de assuntos gerais.
2. Capacitar o aluno a assimilar e a interpretar, oralmente e sobretudo por escrito, o que lê ou o que ouve.

II — Atividades correlatas:

1. Prática de redação sobre temas pertinentes a História, Política Econômica, Geografia, Direito, etc.
2. Leitura de textos literários e profissionais.
3. Prática de exposições orais sobre assuntos dados na hora ou previamente determinados.

III — Procedimentos didáticos:

1. Correção comentada das redações, em que se subministrarão as noções e exercícios gramaticais ou estilísticos necessários à expressão clara, correta, própria e expressiva.
2. Interpretação comentada dos textos lidos, acompanhada quando necessário, de exercícios gramaticais e estilísticos.
3. Exercícios práticos de prosódia, vocabulário e fraseologia.

IV — Material didático:

1. Listas de temas para a redação e exposição oral.
2. Textos de leitura mimeografados.
3. Exercícios práticos mimeografados.

FRANCÊS

1. Estudo da expressão escrita e oral.
Aperfeiçoamento dos conhecimentos já adquiridos na língua francesa.

2. Gramática:

- a) Emprego do verbo nas diversas orações;
Regência e concordância;
- b) Emprego correto das preposições;
- c) Prática no emprego corrente dos pronomes pessoais e relativos;
- d) Casos de sintaxe;
- e) Construção e equilíbrio da frase.

3. Tradução e versão:

- a) Estudo comparativo das duas línguas;
 - b) Particularidades de lingüística.
4. Leitura e interpretação de textos, aquisição do vocabulário e da expressão por meio de exercícios práticos. Aperfeiçoamento da pronúncia.
 5. Conversação, exposição e debates coletivos.

INGLÊS

I — *Uso da língua falada:*

1. Aperfeiçoamento da pronúncia;
2. Treinamento do ouvido;
3. Variantes regionais da pronúncia;
4. Traços característicos da língua falada (gramática, vocabulário);
5. Expressões usadas nas relações sociais;
6. Prática por meio de conversação, palestras e debates.

II — *Uso da língua escrita:*

1. Revisão geral da gramática;
2. Construção de frases e colocação de palavras;
3. Correção de erros típicos de gramática e vocabulário;
4. Leitura e interpretação de textos versando sobre tópicos políticos, econômicos e comerciais;
5. Exercícios de redação;
6. Correspondência oficial e social;
7. Exercícios de tradução e versão.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA MUNDIAL

Introdução — Tradições Políticas e Diplomacia do Antigo Regime dos Tratados de Westfália a Revolução.

I — *O Congresso de Viena e a Preponderância Austríaca.*

- a) A Reunião de Viena e as Negociações.
- b) O Problema Polonês e a Saxônia.
- c) Questões Alemãs e Italianas.
- d) A obra do Congresso.
- e) O Segundo Tratado de Paris.
- f) A Santa Aliança.
- g) Os Congressos e a Política da Não-Intervenção.

II — *Reivindicações Nacionais e Arrançadas Liberais de 1820 a 1848.*

- a) Canning e as Colônias da América.
- b) A Questão Grega e o Tratado de Andrinopla.
- c) As revoluções de 1830.
- d) A Questão do Oriente de 1833 a 1840.
- e) As Revoluções de 1848.

III — *O Princípio das Nacionalidades.*

- a) A Guerra da Criméia e o Congresso de Paris.
- b) Cavour e a Unidade Italiana.
- c) Bismarck e a Unidade Alemã.
- d) Os Estados Unidos — O Japão.

IV — *A Preponderância Alemã.*

- a) Origens de Triplice Aliança.
- b) O Congresso de Berlim de 1878.
- c) A Expansão Colonial — Os Balcãs.
- d) A Política das Alianças — 1914.
- e) A Guerra e o Tratado de Versalhes.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

I — *Introdução Metodológica.*

1. História Diplomática. Conceito.
2. Os Instrumentos do Trabalho histórico diplomático. As fontes. Os Manuscritos. Arquivos e Bibliotecas. Coleções de textos. Bibliografia. A Pesquisa.

II — *A Política Internacional Moderna e o Brasil Colonial.*

Desde as primeiras negociações diplomáticas relativas ao Brasil até o Tratado de Aliança e Comércio de 1810.

III — *A Independência.*

Reconhecimento, Missões e Questões Internacionais.

IV — *O Pan-americanismo e a política dos Estados Unidos da América.*

Missões. A Política no Rio da Prata. Questões Internacionais.

V — *A Política Exterior da República. Reconhecimento. Missões. Limites. Questões Internacionais.*VI — *O Pan-americanismo e a política dos Estados Unidos da América na América Latina.*VII — *A Posição Internacional do Brasil. O Brasil e a Política Continental americana. A Política do Brasil na América Latina. A Revolução de 1930. O Brasil na primeira e segunda guerras. O Papel do Brasil na ONU. A conjuntura interna atual.*VIII — *O Ministério das Relações Exteriores e a diplomacia do Brasil.*

GEOGRAFIA

1.º semestre (47 aulas)

I — *Conceitos fundamentais.*

Conceituação de Geografia Moderna. Relação com outras Ciências. O "binômio geográfico".

II — *Aspectos Gerais da Geografia Física do Brasil.*

Estrutura Geológica e Relêvo. Clima, Hidrografia e Vegetação.

III — *As Regiões Brasileiras; alguns problemas geo-econômicos.*

Conceito de região e a divisão regional do Brasil. Valorização do São Francisco; triplice aspecto do aproveitamento do rio (viatório, irrigatório e energético), o preceito constitucional e os planos para o soerguimento do vale. Valorização da Amazônia: situação atual (população, transportes, etc.), repercussões da situação mundial da borracha, outras possibilidades econômicas (extrativas, agro-pecuárias e minerais), o preceito constitucional e o problema de sua concretização.

O Nordeste e o Problema da "Sêca". Aspectos gerais. O chamado "Polígono da Sêca". Exame crítico das soluções indicadas.

IV — *Recursos Vegetais.*

Os recursos da floresta e sua utilização econômica; produtos florestais brasileiros (borracha, castanha, madeira, etc.). Fatores geográficos da exploração agrícola e os principais tipos de agricultura. Problemas da agricultura no Brasil (sociais, econômicos e agrícolas propriamente ditos).

Cereais. A questão do trigo (distribuição geográfica, produção e consumo). Posição do Brasil.

Café. O roteiro do café e as zonas pioneiras. Duas tendências: as plantações no Paraguaçu e a experiência da "Hollambra".

V — *Pecuária.*

Atividades pecuaristas em geral; aspectos peculiares da criação nacional.

A indústria da carne — produção, consumo e comércio internacionais. Posição do Brasil.

VI — *Combustíveis e fontes de energia.*

Ilhula branca — estudo das bacias hidrográficas brasileiras e do seu "índice de participação".

Regiões carboníferas brasileiras, determinadas e potenciais. Aspectos peculiares do problema da lenha no Brasil.

Combustíveis líquidos e gasosos — o petróleo (pesquisa, lavra, refinação e transporte), a destilação dos xistos oleíferos e a utilização do gás natural.

A energia atômica.

VII — *Recursos Minerais e Indústria.*

As rochas comuns. Problemas do cimento no Brasil. O ferro — distribuição geográfica da produção e industrialização. Jazidas de ferro e siderurgia no Brasil. Interrelação da agricultura e da indústria.

VIII — *Transportes.*

Densidade do reticulado viatório brasileiro e influências geográficas (articulação do planalto com o litoral — exemplo das vias férreas paulistas).

Projeção continental das ferrovias brasileiras.

2.º Semestre (45 aulas).

I — *Geografia Política e Geopolítica.*

A "politische Geographie" de Ratzel. O conceito do espaço (Raum) e do espaço vital (Lebensraum). Halford Mackinder: a "Heartland" e o arco periférico. A geopolítica no sistema de Rudolf Kjellen; o "Estado como Organismo". Karl Haushofer e os postulados da geopolítica nacional socialista. Geografia e Política Exterior.

II — *Base Geográfica da Economia Norte-Americana.*

As grandes regiões geográficas. A especialização geográfica na economia norte-americana. As regiões econômicas. A orla do Pacífico. Os Planaltos Intermontanos. As Montanhas Rochosas. Os Grandes Planos (Great Plains) — região de pecuária extensiva e triticultura. A Região de Florestas e Lagos; a faixa de latínios de Wisconsin-Minnesota. A faixa do milho (corn-belt). A faixa algodoeira (cotton-belt). A região Ozark-Appalachiana. A costa do Atlântico e do Golfo. Geografia da Manufatura Estadunidense. Distrito Siderúrgico de Pittsburgh-Cleveland. A Nova Inglaterra industrial. Nova York. Seção industrial Centro Atlântico. Detroit e a indústria automobilística. Projeção internacional da geo-economia norte-americana.

III — *Base Geográfica da Economia Soviética.*

Dificuldades específicas de quaisquer estudos sobre a U.R.S.S. A escala dos fenômenos geográficos: a "continentalidade" da geografia soviética. As grandes regiões naturais. A ocupação da estepe; a invasão do mundo polar, a invasão da taiga. O elemento humano; povos e "nacionalidades". Poderio humano da União Soviética. Trabalho escravo na U.R.S.S. e nos satélites — repercussão geo-econômica. A estrutura político-administrativa da U.R.S.S. A agricultura soviética — os fatores geográficos (solo e clima). A socialização da agricultura (Kolkhozy, Sovkhozy); exame crítico dos resultados. Recursos minerais. Energia. A indústria e os fatores geográficos. Os transportes. O comércio. A verdadeira significação da U.R.S.S. nos mercados mundiais.

IV — Base Geográfica da Economia Platina.

As grandes regiões naturais da Argentina e sua exploração econômica. O Pampa. O papel unificador dos trilhos. Problemas atuais da indústria argentina. A Argentina e o Comércio Internacional. O Uruguai, uma terra de transição. Atividade econômica: a agricultura e seus problemas; a produção pecuária e as indústrias derivadas. A importância da rede de transportes. A produção paraguaiense e o problema de seu escoamento. O Chaco.

ECONOMIA POLÍTICA

1.º Semestre.

I — Análise Econômica.

Os problemas da determinação de preços e da distribuição da renda nacional (salários, juros, lucros e renda) deverão ser examinados em seus aspectos estáticos e dinâmicos, bem como no seu contexto institucional e sob várias condições de competição.

O objetivo fundamental será ajudar o estudante na aquisição dos instrumentos teóricos do raciocínio econômico, aplicáveis aos problemas básicos sócio-econômicos, necessários à formação de julgamentos seguros e independentes.

II — Primeira Parte.

1. Introdução — Fatos Econômicos e Teoria Econômica.
2. O Processo Produtivo — Produção e troca; bens e serviços; consumo e investimentos.
3. Os Fatores de Produção — O trabalho, o capital e os bens naturais.
4. O Produto Social — A renda nacional; problemas de distribuição.

III — Segunda Parte.

5. Teoria do Valor — Introdução e perspectiva histórica.
6. Teoria da Procura — Análise através da utilidade marginal; elasticidade de procura; procura derivada; análise através dos mapas de indiferença.
7. Teoria da Oferta — Conceito de custos — custo a curto prazo e a longo prazo.
8. Teoria de Determinação de Preços — Em competição perfeita; em competição monopolística.

2.º Semestre.

I — Teoria Monetária e Fiscal.

1. Moeda e Crédito — Os preços e a moeda. Inflação e deflação. A teoria quantitativa do valor da moeda. A procura de dinheiro para satisfazer o desejo de liquidez. A taxa de juros e o volume da moeda em circulação.

2. O Sistema Bancário — A criação de depósitos. Controle bancário e os Bancos centrais. Instrumentos de controle.
3. Poupanças, Consumo e Investimento — A igualdade e desigualdade entre poupanças e investimentos. A propensão marginal para poupar e para consumir.
4. A Teoria da Determinação da Renda — A determinação do equilíbrio da renda. Investimento e renda. O multiplicador e o princípio da aceleração. Amplitudes inflacionárias e deflacionárias.
5. Introdução à Política Fiscal — O efeito das despesas governamentais sobre a determinação da renda. Efeito dos impostos sobre a escala do consumo. A incidência dos impostos. As diferentes formas de se financiar as atividades governamentais.
6. Noções de teoria da conjuntura — Prosperidade e Depressão. As fases das flutuações cíclicas de conjuntura econômica. A formação de capital como o elemento dinâmico do sistema econômico.
7. Política Fiscal — A política fiscal a curto e a longo prazos. Compensação contracíclica. Estagnação e euforia secundares.
8. Política Monetária e Fiscal — A dívida pública e o seu resgate. Dívida externa e dívida interna. A gestão da dívida nacional e a política monetária. O conceito de pleno emprego. O objetivo de levar a renda nacional, ao nível de pleno emprego sem inflação.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

DIREITO CONSTITUCIONAL

- I — a) Noção de Estado.
b) Teoria Geral do Estado.
c) Elementos essenciais do Estado: Nação, Povo e Território.
- II — a) Noção de soberania.
b) Formação histórica do conceito de soberania.
c) Teorias negativistas da soberania nos planos interno e externo do Estado.
- III — a) Da personalidade jurídica do Estado.
b) Fins do Estado.
c) Conceito de bem público.
- IV — a) Evolução histórica do Estado.
b) Conceição antiga e moderna do Estado.
c) Estado liberal e Estado totalitário.
- V — a) Formas de governo: classificações antigas e modernas.
b) Monarquia e República.
c) Democracia direta e representativa.
- VI — a) Unitarismo. Confederação e Federação.
b) Parlamentarismo e Presidencialismo.
c) Noção de sufrágio.

- VII — a) Conceito da Constituição.
b) Formas de Constituição: costumeira e escrita.
c) Elaboração constitucional.
d) Relações do Direito Constitucional com os demais ramos do Direito.
- VIII — a) Manifestações constitucionalistas no Brasil e a primeira Constituição adotada entre nós.
b) Regime constitucional: no Império e na República.
c) Movimentos revolucionários de caráter político no período republicano.
d) A Constituinte de 1946.
- IX — a) Organização federativa: Estados, Distrito Federal e Territórios.
b) Competência da União e supletiva dos Estados.
c) Intervenção federal nos Estados.
d) Princípios constitucionais da União.
- X — a) Discriminação de rendas: da União e dos Estados.
b) Autonomia Municipal.
c) Intervenção nos Municípios.
d) Competência concorrente da União, Estados e Municípios.
- XI — a) Do Poder Legislativo da União: Câmara dos Deputados e Senado Federal.
b) Atribuições legislativas em geral.
c) Das Leis e do Orçamento.
d) O Tribunal de Contas: organização e funções.
- XII — a) Do Poder Executivo da União: Presidente da República.
b) O Vice-Presidente da República.
c) Atribuições e responsabilidade do Presidente da República.
d) Ministro de Estado.
- XIII — a) Do Poder Judiciário.
b) Justiça Comum e Justiça Especializada.
c) Supremo Tribunal Federal.
d) Tribunal Federal de Recursos.
- XIV — a) Justiça Militar, Eleitoral e Trabalhista.
b) Do Judiciário Estadual.
c) Ministério Público.
- XV — a) Nacionalidade e cidadania.
b) Regime eleitoral.
c) Inelegibilidade.
d) Dos direitos individuais.
- XVI — a) Do "Habeas corpus".
b) Do "Mandado de Segurança".
c) Do Juri.
d) Da Ordem Econômica e Social.
- XVII — a) Da Família.
b) Classes Armadas.
c) Funcionalismo Público.
d) Símbolos nacionais.

- XVIII — a) Estado de Sítio.
b) Revisão constitucional.
c) Do Conselho Nacional de Economia.
d) Do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- XIX — a) Conceituação geral.
b) Relações de dependência com o Direito Constitucional.
c) Centralização e descentralização.
d) Órgãos do Estado e respectivo funcionamento.
e) Ato administrativo em geral.
- XX — a) Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
b) Serviços públicos em geral.
c) Conceito de "utilidade pública".
d) Autarquias em geral.
- XXI — a) Organização da administração pública federal, estadual e municipal.
b) Ministérios e Departamentos Federais.
c) Os auxiliares das administrações estaduais e municipais.
- XXII — a) Polícia e poder de polícia.
b) Polícia preventiva e polícia repressiva.
c) Aparelhamento civil e militar.
d) Órgãos de controle social, econômico e sanitário.
- XXIII — a) O contencioso administrativo.
b) Tribunal de Contas: organização e sistemas de controle financeiro.
c) O funcionalismo público em geral e o estatuto que o disciplina.
d) Assistência social do Estado.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

- I — O Direito Privado e seus dois ramos: o Direito Civil e o Direito Comercial. A unificação do Direito Privado. Classificação das matérias do Direito Civil e do Direito Comercial. O Direito Marítimo e o Direito Aeronáutico.
- DIREITO CIVIL
- II — Da personalidade em geral. Capacidade e incapacidade. Domicílio civil. Registro público.
- III — Das obrigações e dos contratos: conceito, classificação.
- IV — Do direito das coisas: posse e direito de propriedade. Aquisição da propriedade móvel e da propriedade imóvel. Direitos reais de fruição e de garantia.

- V — Do direito da família: casamento, desquite. Relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges.
- VI — Do direito sucessório: sucessão legítima, e testamentária. Noções fundamentais sobre inventário e partilha.

DIREITO COMERCIAL

- VII — Da profissão de comerciante: ato de comércio. Qualidade para ser comerciante. Obrigações do comerciante. O estabelecimento comercial.
- VIII — Das sociedades comerciais: suas diversas espécies.
- IX — Dos contratos comerciais: compra e venda; transporte, mandato e comissão.
- X — Dos títulos de crédito: cambial, cheques, duplicatas, conhecimentos de depósito e de transportes, "warrants", debêntures.
- XI — Noções fundamentais sobre falências e concordatas.

DIREITO MARÍTIMO E AERONÁUTICO

- XII — Da exploração marítima e aeronáutica: navio e aeronave. Aquisição da propriedade. As figuras do armador, do capitão de navio, do comandante da aeronave. A tripulação e seu contrato. Responsabilidade do armador de navios.
- XIII — Do contrato, da utilização do navio e da aeronave. Fretamento. Transporte no direito aeronáutico.
- XIV — Do seguro marítimo e aeronáutico.
- XV — Avarias simples e comuns: regulação dessas últimas.
- XVI — Abalroação. Assistência e salvamento.

2.º ANO LETIVO

PORTUGUÊS

I — *Objetivos.*

1. Dar ao aluno a capacidade de expor, oralmente e sobre tudo por escrito, suas idéias, pensamentos e sentimentos acerca de assuntos gerais e específicos à sua futura profissão.
2. Capacitar o aluno a assimilar e a interpretar, oralmente e sobretudo por escrito, o que lê ou o que ouve.

II — *Atividades correlatas:*

1. Prática de redação sobre temas pertinentes a História, Política Econômica, Geografia, Direito, etc.
2. Prática de redação de documentos oficiais (cartas, memorandos, ofícios, exposições de motivo, etc.).
3. Leitura de textos literários e profissionais.
4. Prática de exposições orais sobre assuntos da vida real e profissional, dados na hora ou previamente determinados.

III — *Procedimentos didáticos:*

1. Correção comentada das redações, em que se subministrarão as noções e exercícios gramaticais ou estilísticos, necessários à expressão clara, correta, própria e expressiva, além de recomendações sobre a técnica da redação de documentos oficiais.
2. Interpretação comentada dos textos lidos, acompanhada, quando necessário, de exercícios gramaticais e estilísticos.
3. Exercícios práticos de prosódia, vocabulário e fraseologia.

IV — *Material didático:*

1. Listas de temas para a redação e exposição oral.
2. Modelo das diferentes peças oficiais, com suas definições e características.
3. Textos de leitura mimeografados.
4. Exercícios práticos mimeografados.

FRANÇÊS

- I — Estudo e prática do estilo consular e diplomático.
- II — Versão sobre assuntos diplomáticos, políticos, comerciais, industriais e financeiros.
- III — Aperfeiçoamento geral do uso da língua francesa através de:
 - a) Leituras, dissertações, exposições e debates orais;
 - b) Exercícios escritos, redações, resumos, etc., tratando de acontecimentos e aspectos da vida política, económica e social na França e nos seus territórios de ultramar.

INGLÊS

PRELEÇÕES SOBRE ASSUNTOS GERAIS.

I — *Vida profissional*:

- 1. Viajando por mar.
- 2. Serviços postais.
- 3. Telégrafo, telefone e rádio difusão.
- 4. Princípios gerais de economia.
- 5. Diferentes ramos de negócio.
- 6. O mecanismo do comércio.
- 7. Serviços de escritório, correspondência comercial e imprensa.

II — *Vida social*:

- 1. Visitas e recepções; etiqueta social.
- 2. Correspondência social.
- 3. Teatro.
- 4. Música.
- 5. Cinema.
- 6. Dança.
- 7. Artes.
- 8. Jogos.
- 9. Esportes.

III — *Governo e Administração*.

- 1. Política e legislação na Inglaterra.
- 2. Política e legislação nos Estados Unidos.
- 3. Administração da justiça na Inglaterra.
- 4. Administração da justiça nos Estados Unidos.
- 5. Serviço diplomático da Inglaterra.
- 6. Serviço diplomático dos Estados Unidos.

IV — *Vida Pública*:

- 1. Correspondência diplomática.
- 2. Atos oficiais.
- 3. Congresso, conferências e convenções.

SEMINÁRIOS

Será seguido o sistema de conferências, adotado nos seminários para os alunos do 2.º ano em 1954.

Um assunto diferente para debate será escolhido em cada reunião que ficará sob o controle de um aluno, escolhido pela turma para líder da conferência.

As Atas serão preparadas por um secretário, eleito pela turma da mesma maneira que o líder.

REVISÃO

Será feita uma revisão geral do programa do 1.º ano, seções I até VII, dando-se particular importância aos trabalhos práticos e compreendendo:

- 1. Testes.
- 2. Versões.
- 3. Vocabulários.
- 4. Dissertações.
- 5. Resumos.

TRABALHOS DE PESQUISA

Trechos para leitura serão indicados e os alunos deverão submeter resumos ou capítulos de livros ou responder a questões sobre estes. Podem ser pedidas também reportagens sobre assuntos tais como acontecimentos habituais, preleções, reuniões, etc.

POLÍTICA ECONÓMICA

PLANO DO CURSO

1.º semestre:

- a) O curso inicia-se com uma revisão das fases por que passou o Comércio Internacional:
 - 1. do mercantilismo ao liberalismo;
 - 2. nacionalismo contemporâneo e análise das causas que levaram à desintegração do Comércio Internacional;
 - 3. esforços de reconstrução — durante essa revisão histórica inicia-se o estudo da evolução da teoria do Comércio Internacional.
- b) Estudo da teoria moderna do Comércio Internacional e problemas correlatos.

2.º semestre.

Apreendidas as várias correntes de pensamento doutrinário contemporâneo, procurar-se-á:

- a) caracterizar a posição da economia brasileira em face da economia mundial;
- b) definir os objetivos da política econômica internacional do Brasil e os métodos e instrumentos de sua realização;
- c) analisar a tarefa específica do Itamaraty e familiarizar o futuro diplomata com a técnica da atuação que deverá ter no cenário econômico internacional.

*Programa:*1.º semestre: *Antecedentes históricos.*

I — Principais aspectos do Mercantilismo:

- a) O Comércio e a indústria no início dos tempos modernos.

II — O pensamento mercantilista e seus fundamentos doutrinários:

- a) O mercantilismo como um sistema de controle estatal.
- b) Monopólio de comércio e o sistema de navegação.
- c) Regulamentação interna da indústria.

III — Transição para o liberalismo econômico:

- a) Influência da classe capitalista nascente.
- b) Decadência do mercantilismo.
- c) A revolução industrial.

IV — Teoria do Comércio Internacional:

- a) Desenvolvimento da teoria clássica.
- b) Adam Smith.
- c) Ricardo.
- d) J. S. Mill.

V — Aspectos especiais da Teoria de Comércio Internacional:

- a) Os benefícios da liberdade de comércio.
- b) Especialização e a teoria das vantagens comparativas.
- c) Competição imperfeita e o Comércio Internacional.

VI — Desenvolvimento da indústria e o Comércio Internacional.

- a) Papel da Grã-Bretanha no Comércio e nas finanças internacionais.

VII — O processo da desintegração do Comércio Mundial e suas causas:

- a) Quebra do equilíbrio monetário (padrão ouro).

VIII — Nacionalismo econômico contemporâneo:

- a) Tarifas.
- b) Restrições quantitativas.
- c) Protecionismo.
- d) Discussão dos méritos dos sistemas de controle.
- e) Monopólios e cartéis.

IX — Isolacionismo econômico, auto-suficiência, formação de blocos regionais ou de áreas preferenciais.

X — Teorias e práticas de comércio desorganizado.

XI — Tentativas de Reconstrução:

- a) Cooperação internacional.
- b) A Liga das Nações no período de inter-guerras.
- c) Bretton Woods e o pós-guerra.

XII — Racionalização do caos:

- a) Antecedentes da moderna teoria do Comércio Internacional.
- b) Estudos empíricos.
- c) Processo de restabelecimento do equilíbrio — segundo os clássicos.
- d) O balanço de pagamentos, os efeitos de renda e a inter-pretação moderna do equilíbrio.

XIII — Movimentos internacionais de capitais:

- a) A curto prazo.
- b) A longo prazo.

2.º semestre:

I — Desequilíbrio na distribuição da renda mundial.

II — A situação atual do movimento internacional de capitais.

III — Elementos de política econômica, nacional e internacional, dos países sub-desenvolvidos:

- a) em função da mudança de estrutura;
- b) em função do comércio exterior.

IV — Problemas estruturais e conjunturais da economia brasileira.

V — A participação do Brasil no comércio internacional.

VI — Implementação prática da política comercial do Brasil:

- a) bilateralismo;
- b) multilateralismo;
- c) controles diretos;
- d) liberdade de câmbio e comércio.

VII — A participação e a posição do Brasil nos organismos econômicos internacionais:

- a) O.N.U. (ECOSOC — CEPAL — FAO).
- b) F.M.I.
- c) B.I.R.D.
- d) G.A.T.T.
- e) C.I.E.S.
- f) O.F.I.
- g) S.U.N.F.E.D. e Banco Interamericano.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução:

1. Noção geral. Conceito.
2. Fundamento: as teorias subjetivas e objetivas. A doutrina do direito natural.
3. As fontes do direito internacional. O art. 36 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
4. Direito internacional e direito interno: teses dualista e monista. O primado do direito internacional.
5. Conceito de pessoa internacional. As doutrinas estatal, eclética e individualista. O homem como pessoa internacional.

II — O Estado sujeito do Direito Internacional:

6. O Estado em Direito Internacional. Estado, nação, povo e população. Doutrina das nacionalidades. O princípio da autodeterminação.
7. Classificação dos Estados. Estados simples e compostos em pé de igualdade: união pessoal, união oral, confederação e federação. A comunidade Britânica de Nações.
8. Estados compostos por subordinação. Países vassalos e protegidos. O sistema internacional de tutela e os territórios sem governo próprio.
9. Formação de Estados. Seus elementos constitutivos.
10. Reconhecimento de Estados. Reconhecimento *de facto* e *de jure*. Expresso ou tácito. Efeito do reconhecimento: atributivo ou declarativo. Doutrina Stimson sobre não-reconhecimento.
11. Transformações do Estado. Mudança institucional de governos e problema do reconhecimento de governos de fato. As doutrinas Tobar e Estrada.
12. Extinção de Estados. Sucessão de Estados. Casos de anexação total, fusão, desmembramento e anexação parcial.
13. Os direitos fundamentais dos Estados. Tentativas de codificação. O direito de igualdade e suas consequências jurídicas. Competência dos tribunais nacionais em relação a Estados Estrangeiros.

14. Os deveres morais e jurídicos dos Estados. Sua importância.
15. Intervenção em direito internacional. Legitimidade, elementos constitutivos, formas. A intervenção para a cobrança compulsória de dívidas: Doutrina Drago.
16. A Doutrina de Monroe. Sua evolução histórica.
17. Restrições aos direitos fundamentais dos Estados. Capitulações. Imunidade de jurisdição local. Garantias e servidões internacionais. Arrendamento de territórios. Condomínio. Neutralidade permanente.
18. Responsabilidade internacional dos Estados. Princípios gerais. Ato do executivo, legislativo e judiciário. Danos causados a estrangeiros e danos decorrentes de motins e guerras civis.

III — Os organismos internacionais:

19. Antecedentes das Nações Unidas. A Liga das Nações: origem e funcionamento. Críticas e realizações.
20. As Nações Unidas. Propósitos e princípios. Admissão de membros. Estrutura e funcionamento. A Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.
21. Funções e atribuições das Nações Unidas. A manutenção da paz e a segurança coletiva. As funções econômicas e sociais. Limitações às funções da ONU.
22. Revisão e interpretação da Carta.
23. As Agências especializadas. Noções gerais. As agências de cunho social, as econômicas e comerciais, as administrativas e a cultural.
24. Organismos regionais. O Sistema Interamericano. A Organização dos Estados Americanos. Histórico, composição, estrutura e funcionamento.
25. Os organismos europeus. O Conselho da Europa, a União da Europa Ocidental e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.
26. A Liga árabe. Tentativas da organização do mundo asiático.
27. A Santa Sé e a Cidade do Vaticano. Situação anterior a 1870. A lei das Garantias e os Acordos de Latrão. O Papa em direito internacional. A Ordem de Malta.

IV — O indivíduo:

28. O indivíduo em direito internacional. Sujeito ou objeto. Os direitos internacionais do homem. Tentativas de codificação. A Convenção sobre genocídio.
29. Proteção e inviolabilidade da pessoa humana. Tráfico de escravos. Tráfico de mulheres e crianças. Tráfico de drogas nocivas. Proteção contra as enfermidades. Refugiados e apátridas. Proteção contra a fome.

30. Relações do Estado com os nacionais no Exterior. Nacional e estrangeiro. Convocação para o serviço militar. Proteção diplomática. Prestação de depoimento. Taxação.
31. Condição jurídica dos estrangeiros. Imigração e emigração. Expulsão. Prestação de serviço militar. Extradicação. Princípios gerais. Pessoas passíveis de extradição. Atos que motivam.

V — *Esfera de validade da ordem jurídica internacional:*

33. O Território. O domínio Terrestre. Composição. Extensão e limites. Delimitação e demarcação.
34. O domínio aquático. O domínio fluvial. Rios nacionais, internacionais e internacionalizados. Navegação, pesca e aproveitamento das águas dos rios internacionais.
35. Mares internos e lagos. Estreitos e canais marítimos.
36. Mar territorial e Zona contígua. Extensão do mar territorial. Passagem inocente. Contrabando. Jurisdição. Pesca. Cabotagem. Os projetos da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas.
37. Plataforma continental. Conceito. O problema em face do direito internacional. A Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas e o Conselho Interamericano de Jurisconsultos.
38. Golfos, baías, portos e estuários. Os golfos e baías históricos.
39. Domínio aéreo Navegação aérea e radiotelegrafia.
40. Domínio polar e glacial. Ocupação dos polos. Sistemas dos setores e das zonas polares.
41. Modos de aquisição e perda do domínio Estatal. Ocupação e descoberta. Acessão. Cessão. Prescrição. Aneção. Perda do território. Desapropriação em direito internacional.
42. Alto-mar. Natureza Jurídica. Navegação. Pesca. Cabos submarinos. Direito de perseguição. Pirataria.
43. Navios e aeronaves em direito internacional. Classificação. Nacionalidade. Navios em alto mar e aeronaves sobre o alto-mar. Navios e aeronaves em domínio estrangeiro.

VI — *Relações pacíficas entre os Estados:*

44. Relações bilaterais e multilaterais. Órgãos das relações entre os Estados. Soberanos e Chefes de Estado. Ministros das Relações Exteriores.
45. Relações diplomáticas. Diplomacia. Direito de legação. O agente diplomático. Atribuições. Prerrogativas.
46. Relações consulares. Evolução histórica da instituição. Consules de carreira e honorários. Nomeação, funções e prerrogativas.

47. Funcionários internacionais. Tipos. Nomeação. Prerrogativas.
48. Congressos e conferências. Convocação. Ordem do dia. Comissões e plenário. Votação. Ata final.
49. Acordos internacionais. Terminologia e classificação. Condições de validade. Registro. Interpretação. Terminação.

VII — *Soluções pacíficas de controvérsias:*

50. Meios diplomáticos. Negociações diretas. Congressos e conferências. Bons ofícios e mediação. O sistema interamericano de consulta.
51. Soluções judiciárias. Comissões de inquerito e conclusão. Comissões mistas.
52. Arbitragem. Definição e objeto. O compromisso arbitral. A sentença arbitral. Formas de arbitragem. O Brasil e a arbitragem. As Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos na solução pacífica de conflitos internacionais. Ação preventiva e repressiva.
53. A Corte Internacional de Justiça. Composição. Competência. Jurisdição.
54. Os meios coercitivos de solução de litígios. Retorsão. Repressália. Embargo. Bloqueio pacífico. Boicotagem. Rutura de relações diplomáticas. *Ultimatum*.

VIII — *A guerra em Direito Internacional:*

55. A guerra em direito internacional. Sua prevenção. A segurança coletiva. O desarmamento.
56. A declaração de guerra e seus efeitos. Efeitos sobre as relações diplomáticas e consulares, e sobre os tratados. Situação dos particulares. Relações entre beligerantes. Terminação da guerra.
57. A neutralidade. Conceito e espécies. Deveres dos neutros. Contrabando de guerra. Bloqueio marítimo.
58. A guerra terrestre. As forças terrestres. Ocupação militar. Prisioneiros de guerra.
59. A guerra marítima e aérea.
60. O futuro do direito internacional.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

I — *Do Direito Internacional Privado:*

1. O direito internacional privado. Definição, objeto e denominação;
2. Origens. As teorias estatutárias;
3. Desenvolvimento moderno da disciplina;
4. O direito uniforme;
5. A função do direito comparado.

II — Das normas do Direito Internacional Privado:

1. O direito interno e o direito internacional;
2. Os conflitos de leis;
3. Classificação das normas do direito internacional privado;
4. As fontes imediatas;
5. A doutrina e a jurisprudência em face das fontes imediatas;
6. A literatura do direito internacional privado;
7. Relação entre as fontes internas e as fontes externas;
8. A codificação;
9. O Código Bustamante.

III — Da aplicação do direito estrangeiro:

1. Conceito do direito estrangeiro;
2. Aplicação do direito estrangeiro;
3. Prova do direito estrangeiro;
4. Interpretação do direito estrangeiro;
5. Caso de inaplicabilidade do direito estrangeiro, à ordem pública;
6. A qualificação em direito internacional privado;
7. O retorno ou remissão;
8. A fraude ao direito estrangeiro competente.

IV — Dos pressupostos do Direito Internacional Privado:

1. A nacionalidade; conceito e problemas fundamentais;
2. A nacionalidade de origem, critérios de sua determinação;
3. A nacionalidade originária no direito brasileiro;
4. A naturalização;
5. O direito brasileiro relativo à naturalização;
6. A nacionalidade da mulher casada;
7. Perda, reacquirição e renúncia da nacionalidade;
8. A dupla nacionalidade;
9. O apátrida;
10. A condição jurídica do estrangeiro;
11. A legislação brasileira relativa ao estrangeiro.

V — Do Direito Civil Internacional:

1. O estatuto da pessoa natural. Critérios da sua determinação;
2. O estatuto pessoal no Direito brasileiro;
3. Regras que regem a personalidade e a capacidade;
4. O nome;

5. O regime da pessoa jurídica;
6. Os atos jurídicos: sua forma;
7. Os direitos de família. Casamento. Capacidade dos nubentes;
8. Celebração do casamento;
9. Relações pessoais dos cônjuges;
10. Regime dos bens no casamento;
11. Estatuto dos incapazes. Tutela. Curatela. Do pátrio poder;
12. Alimentos;
13. Dissolução da sociedade conjugal. Divórcio e desquite. Nulidade e anulação do casamento;
14. Os bens, a "lex rei vitae";
15. A propriedade intelectual;
16. Direito das obrigações;
17. Direito das sucessões.

VI — Do Direito Comercial Internacional:

1. O direito comercial internacional;
2. O comerciante: sua qualificação, direitos e deveres dos atos do comércio;
3. Direito cambiário;
4. Das sociedades mercantis;
5. Falência e concordata;
6. Direito marítimo. Direito aéreo;
7. Direito industrial. Patentes de invenção.

VII — Do Direito Processual Internacional:

1. O estrangeiro perante a justiça;
2. Regras de competência;
3. Execução de atos praticados no exterior;
4. Rogatórios;
5. Homologação de sentença estrangeira;
6. Sentença meramente declaratória do estado da pessoa.

POLÍTICA INTERNACIONAL

I — Introdução:

1. Ciência Política. Relações com as outras ciências.
2. Ciência Política e Política Internacional. Objeto. Método.

II — A Política Externa dos Estados:

3. Fatores que condicionam a política externa dos Estados.
4. Política interna e política externa.
5. Relações exteriores e correlações de forças.
6. Política de potências e democracia internacional.
7. A política externa das grandes potências.
8. Imperialismo e anti-imperialismo. A emancipação do mundo colonial.

III — *A Sociedade dos Estados*:

9. A Sociedade dos Estados. Estrutura e tendências.
10. Bases da cooperação entre os Estados. A diplomacia e os instrumentos políticos dos Estados.
11. O problema da organização internacional.
12. As Nações Unidas. Princípios. Objetivos. Resultados. Participação do Brasil.
13. Organizações Regionais.

IV — *Problemas atuais*:

14. Características da política internacional contemporânea. Aspectos econômicos, culturais e estratégicos.
15. Áreas estratégicas. Pontos concretos de conflito.
16. Europa.
17. Ásia.
18. África.
19. América.
20. Influência do progresso científico e técnico sobre a política internacional. Desarmamento e controle do armamento.
21. Perspectivas.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

C.A.D.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA

- Introdução. Noções Gerais. Propedêutica.
- O Agente diplomático.
- A ação diplomática.
- A organização diplomática.
- Os órgãos de deliberação diplomática.
- Os litígios internacionais e suas soluções pacíficas.
- Diplomacia. Formulário diplomático.
- Recapitulação do programa.

Introdução. Noções gerais. (Aulas I e II)

Propedêutica da matéria. Classificação geral da Ciência do Direito. Direito internacional público. Direito diplomático. Diplomacia (prolegômenos). Ciência e arte. Prática diplomática.

O Agente diplomático. (Aulas III, IV e V)

O Chefe de Estado. O Ministro dos Negócios Estrangeiros. Os Agentes diplomáticos. Qualidades exigidas para a função diplomática. Pessoal diplomático. Classificação. Categorias. Honras e precedência. Privilégios e imunidades. Exterritorialidade e inviolabilidade da sede das Missões. Corpo Diplomático.

A ação diplomática (Aulas VI, VII, VIII e IX)

Condições preliminares e requisitos da ação diplomática. Missão diplomática. A ação diplomática. Representação, formação, negociação. Finalidade política, econômica, cultural. Outros objetivos. Relações do Agente diplomático com o seu próprio Governo; com o Governo perante o qual é acreditado; com terceiros Estados; com os demais membros do Corpo Diplomático a que pertence; com as Representações consulares de seu país e com os seus nacionais; com os estrangeiros. Procedimentos da ação diplomática. Protocolo; cerimonial; estilos; correspondência. Idiomas. Torno da missão diplomática. Suspensão e ruptura de relações diplomáticas.

A organização diplomática. (Aulas X, XI, XII e XIII)

A Administração central. Tipos diversos de administração central de relações exteriores. A organização brasileira. Quadros do funcionalismo diplomático. Estatuto. Disciplina. Recrutamento, seleção e aperfeiçoamento. O Instituto Rio Branco.

A Missão e sua chefia. Pessoal da Missão. Sede. Instalação da Residência e da Chancelaria. Condições externas e internas de funcionamento das Missões.

As missões dos órgãos internacionais de deliberação diplomática: Delegações, Repartições e outros Secretariados. A organização diplomática das Grandes Potências e dos Países de formação colonialista.

Os órgãos de deliberação diplomática. (Aulas XIV, XV, XVI e XVII)

Congressos, Conferências, Assembléias e outras reuniões. Organização e técnica funcional das reuniões internacionais. A função burocrática, a função assessora e a função parlamentar. Plenários e comissões.

Organismos internacionais. Sua classificação, hierarquia, espécies. A Sociedade das Nações (S.d.N.). As Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas. A Corte Permanente de Justiça Internacional. A Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.). A Organização dos Estados Americanos (O.E.A.). Outros organismos de amplitude mundial, continental, regional.

O Estado do Vaticano. Peculiaridades de sua organização diplomática. A Igreja Ortodoxa.

Direito convencional. Tratados, Convenções, Acordos, Ajustes e outros entendimentos ou compromissos. Forma intrínseca e extrínseca. Índole, técnica, fatura, elaboração, condições de validade e vigência; hermenêutica; execução. Adesão e acesso aos atos internacionais. Existência e modalidades de subsistência dos atos internacionais.

O Judiciário internacional. A Corte Permanente de Justiça Internacional. A Corte Permanente de Arbitragem de Haia. O Tribunal Militar de Nuremberg.

Os litígios internacionais e suas soluções pacíficas. (Aulas XVIII e XIX).

Soluções diplomáticas: Negociações diretas; Bons ofícios e Mediação; (processo e prática); Congresso e Conferências. Soluções jurídicas: A arbitragem, sua natureza, formas, órgãos, processo. A Corte Permanente de Arbitragem; a solução judicial. A Corte Permanente de Justiça Internacional. Processualística. Jurisprudência. Publicações. As Comissões Mistas. As Comissões de inquérito e conciliação. Características, funcionamento, normas processuais.

Os litígios internacionais e suas soluções pelo conflito armado. A guerra fria. O Estado de guerra. Rompimento das hostilidades. A diplomacia da guerra.

Diplomática. (Aula XX)

Diplomática. Formulário diplomático. Frases e máximas. Siglas. Anedotas. Recapitulação do programa.

TRATADOS E POLÍTICA ECONÔMICA DO BRASIL

1. Aula inicial.
2. Relações econômicas internacionais.
3. Política econômica e comércio exterior.
4. Bilateralismo e multilateralismo.
5. A distribuição da renda mundial.
6. Tratados gerais e parciais.
7. Clausula de nação mais favorecida.
8. Convênios comerciais.
9. Acordos específicos.
10. Organismos internacionais — filosofia.
11. Organismos internacionais — ação.
12. Blocos regionais.
13. União econômica.
14. União aduaneiras.
15. A posição do Brasil na economia mundial.
16. A estrutura da economia brasileira.
17. O comércio exterior do Brasil.
18. A política econômica do Brasil.
19. O desenvolvimento econômico do Brasil.
20. A ação externa do Brasil no campo econômico.

PRÁTICA CONSULAR

Caderno I — Introdução.

Caderno II — Organização.

Caderno III — Funções.

1. Intercâmbio comercial.
2. Regime de licença prévia.
3. Faturas consulares e comerciais.
4. Despachos de navio mercante e aeronave comercial.
5. Marinha mercante nacional.
6. Passaportes.
7. Assuntos brasileiros e notariado.

Caderno IV — Administração.

ESTUDOS BRASILEIROS

(PROBLEMAS SOCIAIS E FUNDAMENTOS ECONÔMICOS)

- 1 — Introdução: Que é a "questão social"? Sentido e significado dessa "questão". Sua importância para a consciência humana contemporânea.
- 2 — A evolução econômica e social do mundo — da circumnavegação do Globo à Revolução Industrial. O papel do Brasil nessa evolução.
- 3 — A Revolução política e a Revolução industrial. A grande expansão e os grandes desequilíbrios econômicos e sociais; sua evolução até o momento atual. O movimento operário; seus aspectos sindicais e políticos.
- 4 — A escola liberal e sua projeção na sociedade contemporânea.
- 5 — O Marxismo.
- 6 — Os Movimentos Socialistas, especialmente após a 1.^a e 2.^a guerras mundiais.
- 7 — O Comunismo.
- 8 — As soluções capitalistas não liberais — reformistas e totalitárias — da Questão Social.
- 9 — A empresa e a "reforma da empresa". O movimento da "Economia e Humanismo".
- 10 — A Igreja e a Questão Social. A doutrina social católica.
- 11 — A questão social no Brasil. A escravidão. O movimento operário até 1930 e depois de 1930. A legislação social. A questão agrária e os trabalhadores do campo.
- 12 — A questão social nas Constituições brasileiras.
- 13 — A questão social no plano internacional. O desequilíbrio econômico entre os Povos da Terra.
- 14 — A Questão Social, as divergências internacionais entre o "leste" e o "oeste" e a paz internacional. Conjuntura e perspectivas sociais contemporâneas.

LEGISLAÇÃO

PORTARIA N.º 26, DE 2 DE JANEIRO DE 1956

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe conferem os itens VIII e XXV do art. 11 do Regimento do Instituto, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948,

Resolve:

Para os efeitos de classificação, não serão computadas as notas dos exames de segunda época e, sim, a média anterior da matéria que obrigou o aluno a submeter-se a nova prova, de acordo com o disposto no § 1.º do art. 24 do Regulamento do Instituto.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1956.

LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA.

(Publicada no Diário Oficial de 6 de janeiro de 1956).

DECRETO N.º 38.735, DE 30 DE JANEIRO DE 1956

Aprova o regulamento do Instituto Rio-Branco do Ministério das Relações Exteriores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item b, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o presente Regulamento do Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores, que vai anexo ao presente e assinado pelo Ministro de Estado.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

José Carlos de Macedo Soares.

TÍTULO II

DO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CAPÍTULO I

FINALIDADES

Art. 3.º O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) tem por finalidade o preparo de candidatos aos cargos da classe inicial da carreira de Diplomata.

CAPÍTULO II

DO EXAME VESTIBULAR

Art. 4.º O candidato à inscrição no Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) deverá apresentar:

- a) prova de ser brasileiro nato; se casado, o cônjuge deverá ser de nacionalidade brasileira;
- b) prova de contar no mínimo vinte e no máximo trinta e três anos de idade;
- c) carteira de identidade de repartição federal ou estadual competente;
- d) atestado de idoneidade moral, constante de fôlha corrida ou de cinco cartas, recentes, de referências de cinco atuais ou ex-professores, chefes ou empregadores, com firmas reconhecidas;
- e) atestado recente de vacinação anti-variolica, fornecido pela Saúde Pública;
- f) certificado de licença clássica ou científica ou de conclusão de Curso Secundário por um dos regimes vigentes, a partir do Decreto n.º 16.182-A, de 13 de janeiro de 1925, ou ainda prova de estar matriculado em curso regular, de padrão oficial, de Escola Superior oficial ou oficializada, ou de possuir diploma de Escola Superior oficial ou oficializada, ou de Universidade estrangeira, revalidado no Brasil;
- g) formulário de dados pessoais, fornecido pelo Instituto Rio Branco, devidamente preenchido, em duplicata.

Art. 5.º O Exame Vestibular constará de provas de Português, Francês, Inglês, História Mundial Moderna, História do Brasil, Geografia, Elementos de Economia Política, Noções Fundamentais de Direito e Cultura Geral.

§ 1.º Precederá o Exame Vestibular uma prova de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, com caráter eliminatório, que será feita por entidade escolhida pelo Diretor e que incluirá rigorosa investigação dos candidatos e do conceito dos candidatos, para o que poderá ser solicitada a colaboração de quaisquer autoridades oficiais.

REGULAMENTO DO INSTITUTO RIO-BRANCO

TÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1.º O Instituto Rio-Branco (I.R.Br.), criado no Ministério das Relações Exteriores pelo Decreto-lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, alterado pelo Decreto-lei n.º 8.461, de 26 de dezembro do mesmo ano, tem como finalidades:

- I — A formação, o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
 - II — O ensino das matérias exigidas para o ingresso na carreira de Diplomata;
 - III — A realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito dos seus objetivos;
 - IV — A difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais;
 - V — A colaboração com o Serviço de Documentação em trabalhos de pesquisas sobre assuntos relacionados com a finalidade do Ministério das Relações Exteriores;
 - VI — A realização de concursos para ingresso na carreira de Diplomata.
- Art. 2.º Para preencher as finalidades a que se referem os itens I, II, III, IV do artigo anterior, haverá os seguintes cursos:
1. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.);
 2. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata (C.A.D.);
 3. Cursos Especiais (C.E.);
 4. Cursos de Extensão (C.Ex.).

§ 2.º O Ministro de Estado determinará, por proposta do Diretor, os pesos e os tipos de provas para cada matéria do Exame Vestibular, bem como a ordem cronológica de realização das mesmas e quais as que serão eliminatórias.

§ 3.º Considerar-se-ão aprovados no Exame Vestibular os candidatos que obtiverem a nota mínima de 50 pontos em cada prova eliminatória e a média mínima de 60 pontos, no conjunto das matérias.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA

Art. 6.º O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C. P.C.D.) tem o seguinte currículo:

1. Português;
2. Francês;
3. Inglês;
4. Geografia;
5. História Diplomática;
6. Política Internacional;
7. Economia Política;
8. Política Econômica;
9. Direito Internacional Público;
10. Direito Internacional Privado;
11. Direito Constitucional e Administrativo;
12. Direito Civil e Comercial.

§ 1.º O Ministro de Estado determinará, por proposta do Diretor, quais as matérias, dentre as enumeradas neste artigo, que serão ministradas em cada ano e em cada período letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C. P.C.D.).

CAPÍTULO IV

DAS PROVAS E DOS EXAMES

Art. 7.º No Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C. P.C.D.) haverá um exame final escrito, ou escrito e oral, para cada matéria, em cada ano letivo.

§ 1.º Quando a matéria for ministrada em dois períodos letivos, haverá também uma prova parcial escrita no fim do primeiro período.

§ 2.º O Diretor fixará o número de exercícios escolares de cada matéria, em cada período letivo.

Art. 8.º A nota final do ano letivo será a média das notas finais das matérias do referido ano.

§ 1.º A nota final de cada matéria será a média das notas obtidas no exame final, nos exercícios escolares e, se fôr o caso, na prova parcial.

§ 2.º O peso do exame final, dos exercícios escolares e da prova parcial serão fixados pelo Ministro de Estado, por proposta do Diretor.

Art. 9.º A nota final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) será a média das notas finais dos anos letivos.

Art. 10. No Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C. P.C.D.) será considerado promovido à série seguinte ou habilitado ao certificado de conclusão do Curso o aluno que houver obtido a nota final mínima de 65 pontos no conjunto das matérias e a nota final mínima de 50 pontos em cada matéria.

§ 1.º Os alunos que houverem obtido nota global igual ou superior a 65 pontos, mas não lograrem nota final mínima de 50 pontos em uma matéria, poderão repetir o ano.

§ 2.º Igualmente terão direito à repetência os alunos aprovados em todas as matérias mas que não obtiverem a média de conjunto exigida no parágrafo anterior.

§ 3.º A repetência só será admitida uma vez durante o curso e será negada ao aluno que venha a terminá-lo fora do limite de idade estabelecido no item b do art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946.

§ 4.º Será concedida repetência ao aluno acometido de moléstia grave, comprovada por laudo médico oficial do Ministério das Relações Exteriores, que o impeça de prosseguir os estudos durante o ano.

CAPÍTULO V

DA EXCLUSÃO DO CURSO

Art. 11. Em qualquer época do curso, o Diretor do Instituto poderá determinar que o aluno seja novamente submetido ao exame de que trata o § 1.º do art. 5.º.

§ 1.º Do laudo que o julgar inapto, caberá ao aluno recurso ao Ministro de Estado, que poderá determinar novo exame por entidade de sua escolha.

§ 2.º Verificada a inaptidão do aluno, terá o mesmo sua matrícula cancelada.

Art. 12. Será excluído do curso o aluno que incorrer em falta disciplinar grave.

TÍTULO III

DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

Art. 13. O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.) tem por finalidade o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários ocupantes de cargos da carreira de Diplomata.

Art. 14. O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.) compreende as seguintes matérias:

1. Prática Diplomática;
2. Prática Consular;
3. Tratados e Política Econômica do Brasil;
4. Estudos Brasileiros (Problemas sociais e fundamentos econômicos).

Art. 15. No Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas haverá uma prova final para cada matéria e a média final do Curso será a média aritmética das notas das cadeiras.

Art. 16. Será considerado aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C.A.D.) o aluno que obtiver a nota mínima de 60 pontos em cada matéria.

TÍTULO IV

DOS CURSOS ESPECIAIS

Art. 17. Os Cursos Especiais (C.E.), quando realizados por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, têm por finalidade o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do mesmo Ministério não pertencentes à carreira de Diplomata.

Art. 18. Os Cursos Especiais (C.E.), quando realizados em mandato universitário, destinam-se ao aperfeiçoamento e à especialização de estudantes das Escolas Superiores, dentro do âmbito dos objetivos do Instituto Rio-Branco.

TÍTULO V

DOS CURSOS DE EXTENSÃO

Art. 19. Os Cursos de Extensão (C.Ex.) têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais.

Parágrafo único. O edital de abertura das inscrições de cada curso fixará o número de alunos, bem como as condições de admissão.

TÍTULO VI

DOS CURSOS EM GERAL

CAPÍTULO I

DA DURAÇÃO DOS CURSOS E DO ANO ESCOLAR

Art. 20. A duração dos cursos, do ano escolar, dos períodos letivos e do período de férias, será determinada pelo Diretor, após aprovação do Ministro de Estado.

CAPÍTULO II

DO ENSINO

Art. 21. O ensino das disciplinas obedecerá a programas elaborados pelos professores e submetidos, pelo Diretor, à aprovação do Ministro de Estado.

Art. 22. Na execução dos programas, conforme o curso e o assunto, serão adotados como meio de ensino, preleções, arguições, exercícios, trabalhos práticos, debates e discussões em seminário e, eventualmente, excursões ou visitas a centros de interesse.

Parágrafo único. Os exercícios, trabalhos práticos, debates e discussões em seminário, excursões e visitas a centros de interesse serão obrigatórios

Art. 23. É obrigatória a frequência às aulas de qualquer dos cursos.

Parágrafo único. O Diretor fixará para cada curso o número máximo de faltas permitidas.

Art. 24. Far-se-á a verificação do valor dos exercícios, provas e exames, por meio de notas, graduadas de zero a cem.

Art. 25. Ao aluno que concluir qualquer dos cursos será conferido um certificado.

CAPÍTULO III

DO CORPO DOCENTE

Art. 26. Os cursos serão ministrados por professores designados pelo Diretor, por portaria, após aprovação, pelo Ministro de Estado, da indicação dos mesmos.

Art. 27. Os professores poderão ser nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1.º Para as matérias especializadas, inerentes às funções diplomáticas, deverão ter preferência como professores os funcionários

da carreira de Diplomata, desde que o exercício de suas funções não venha a ser prejudicado.

§ 2.º A remuneração de cada professor será fixada por aula, pelo Diretor, na Portaria de designação.

Art. 28. Aos professores compete:

- a) elaborar, de acordo com o planejamento geral de curso, o programa da respectiva matéria e submetê-lo à aprovação do Diretor;
- b) dirigir o ensino da respectiva matéria e executar integralmente o programa elaborado;
- c) conferir notas de julgamento dos exercícios das provas parciais e dos exames;
- d) tomar parte em reuniões do Corpo Docente ou em comissões de exame ou de estudos, quando para isso designados;
- e) apresentar ao Diretor, no fim do ano letivo, o relatório sobre as atividades relativas ao ensino da matéria a seu cargo;
- f) exercer as demais atribuições conferidas por instruções especiais do Diretor.

TÍTULO VII

DO CONCURSO PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

CAPÍTULO I

DA REALIZAÇÃO DO CONCURSO

Art. 29. O Concurso de Provas para os cargos da classe inicial da carreira de Diplomata será realizado pelo Instituto Rio-Branco.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

Art. 30. As condições de inscrição para o Concurso são as mesmas previstas para a inscrição no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), mais a apresentação da prova de quitação com as obrigações militares e do título eleitoral.

Art. 31. As provas intelectuais do Concurso versarão sobre as matérias do currículo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), sendo precedidas de exame de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, realizado na forma prevista para o Exame Vestibular do referido Curso.

Art. 32. O Ministro de Estado determinará, por proposta do Diretor, os pesos e os tipos de provas para cada matéria, bem como a ordem cronológica de realização das provas e quais as que serão eliminatórias.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Art. 33. Será habilitado no concurso de provas para ingresso na carreira de Diplomata o candidato que obtiver a média final mínima de 60 pontos, no conjunto das matérias, e 50 pontos no mínimo em cada prova eliminatória.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 34. Em igualdade de condições na classificação final do concurso, realizada na ordem decrescente da nota final obtida, terá preferência o candidato formado por escola superior.

Parágrafo único. Dentre formados, terá preferência o diplomado por Faculdade de Direito, oficial ou oficializada.

TÍTULO VIII

DAS PESQUISAS

Art. 35. O Instituto Rio-Branco poderá realizar, em colaboração com o Serviço de Documentação, pesquisas relacionadas com as suas finalidades.

Parágrafo único. Para a realização dessas pesquisas, o Instituto Rio-Branco poderá, se necessário, admitir funcionários especialidades ou utilizar os do Serviço de Documentação.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. O Diretor poderá propor ao Ministro de Estado quaisquer modificações relativas aos programas, funcionamento dos cursos, realização do concurso para ingresso na carreira de Diplomata, e outras que o desenvolvimento dos trabalhos aconselhem.

Art. 36. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor, que ouvirá, se necessário, o Ministro de Estado.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

III — Haverá para cada matéria, em cada período letivo, dois exercícios escolares, no mínimo.

IV — os exames finais serão escritos e orais.

V — A nota dos exames finais será a média aritmética das notas das provas escritas e orais.

VI — A nota final anual de cada matéria será a média ponderada das notas do exame final, dos exercícios escolares e, se for o caso, da prova parcial.

VII — Para o cálculo da nota final, atribuir-se-ão os seguintes pesos:

- a) nota do exame final — peso 5 (cinco);
- b) nota da prova parcial, quando for o caso — peso 3 (três);
- c) média aritmética das notas dos exercícios escolares — peso 2 (dois).

VIII — Fica revogada a Portaria de 29 de janeiro de 1954. Rio de Janeiro, em 29 de fevereiro de 1956.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

(Publicada no *Diário Oficial* de 9 de março de 1956. Retificação em 14 de março de 1956).

PORTARIA N.º 4, DE 8 DE MARÇO DE 1956

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 23, parágrafo único, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e

Considerando que o aproveitamento nos cursos do Instituto Rio-Branco exige efetiva participação nas aulas, resolve:

Baixar as seguintes instruções sobre a frequência no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — Só poderão comparecer aos exames finais os alunos que tenham assistido efetivamente a oitenta e cinco por cento das aulas;

II — Qualquer atraso será considerado falta; para a primeira aula será concedida uma tolerância de dez minutos;

III — Os alunos que, por motivo de saúde, devidamente comprovado, tiverem mais de quinze por cento de faltas terão sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato;

IV — Serão desligados do Curso os alunos que tiverem mais de cinco por cento de faltas não justificadas;

V — Fica revogada a Portaria n.º 8, de 16 de fevereiro de 1955. Rio de Janeiro, em 8 de março de 1956.

ANTONIO CAMILLO DE OLIVEIRA.

(Publicada no *Diário Oficial* de 14 de março de 1956).

PORTARIA MINISTERIAL

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, § 1.º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco, resolve:

Em 1956, as matérias do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata serão ministradas da seguinte forma:

1.º ano:

- Português — 1.º e 2.º períodos letivos;
- Francês — 1.º e 2.º períodos letivos;
- Inglês — 1.º e 2.º períodos letivos;
- Geografia — 1.º e 2.º períodos letivos;
- História Diplomática Mundial — 1.º período letivo;
- História Diplomática do Brasil — 2.º período letivo;
- Economia Política — 1.º e 2.º períodos letivos;
- Direito Constitucional e Administrativo — 1.º período letivo;
- Direito Civil e Comercial — 2.º período letivo.

2.º ano:

- Português — 1.º e 2.º períodos letivos;
- Francês — 1.º e 2.º períodos letivos;
- Inglês — 1.º e 2.º períodos letivos;
- Política Econômica — 1.º e 2.º períodos letivos;
- Direito Internacional Público — 1.º e 2.º períodos letivos;
- Direito Internacional Privado — 1.º período letivo;
- Política Internacional — 2.º período letivo.

Rio de Janeiro, em 29 de fevereiro de 1956.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

(Publicada no *Diário Oficial* de 9 de março de 1956).

PORTARIA MINISTERIAL

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 8.º, § 2.º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e

Atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco, resolve:

Baixar as seguintes instruções para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — Para as matérias lecionadas em dois períodos letivos, haverá uma prova parcial no fim do primeiro período e um exame geral no fim do segundo;

II — Para as matérias lecionadas em um só período letivo, haverá um exame no fim do período.

PORTARIA MINISTERIAL

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, § 1.º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco, resolve:

I — O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata passará a ser ministrado em três anos de dois períodos letivos cada um.

II — As cadeiras constantes do art. 6.º do Regulamento, baixado com o Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, ficarão assim distribuídas: 1.º ano: Português, Francês, Inglês, História Diplomática Mundial, Economia, Geografia, Direito Constitucional, Direito Internacional Público, Direito Civil; 2.º ano: Português, Francês, Inglês, História Diplomática do Brasil, Economia, Geografia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado; 3.º ano: Português, Francês, Inglês, Economia, Política Internacional, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Direito Comercial, Direito Administrativo.

III — O disposto nos itens precedentes não se aplica aos atuais alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1956.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

(Publicada no *Diário Oficial* de 12 de maio de 1956).

PORTARIA MINISTERIAL

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o § 2.º do art. 5.º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e

Atendendo ao que lhe propôs o Diretor do mesmo Instituto, resolve baixar as seguintes instruções para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — As provas de História Mundial Moderna, História do Brasil, Geografia, Elementos de Economia Política, Noções Fundamentais de Direito e Cultura Geral serão escritas e as de Português, Francês e Inglês, orais e escritas.

II — Serão eliminatórias: a média aritmética das provas oral e escrita de Francês; a média aritmética das provas oral e escrita de Inglês e todas as demais provas escritas, exceto a de Cultura Geral.

III — Para o cálculo da média de conjunto do exame vestibular, atribuir-se-ão peso 3 (três) a Português, Francês e Inglês, peso 2 (dois) a História Mundial Moderna, História do Brasil, Geografia, Elementos de Economia Política e Noções Fundamentais de Direito e peso 1 (um) a Cultura Geral.

IV — A sequência das provas será a seguinte: Português, (escrita), Francês (escrita), Francês (oral), Inglês (escrita), Inglês (oral), História do Brasil (escrita), História Mundial Moderna (escrita), Geografia (escrita), Elementos de Economia Política (escrita), Noções Fundamentais de Direito (escrita), Cultura Geral (escrita) e Português (oral).

V — Em caso de empate na classificação final do Exame Vestibular, considerar-se-ão motivos de preferência para o desempate, sucessivamente:

- a) diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais;
- b) diploma de Bacharel em Ciências Econômicas;
- c) qualquer outro diploma de ensino superior;
- d) melhor nota em Português;
- e) melhor média no conjunto de Francês e Inglês;
- f) melhor nota em Cultura Geral;
- g) melhor nota em Noções Fundamentais de Direito;
- h) melhor nota em Elementos de Economia Política;
- i) melhor média no conjunto de História Mundial Moderna e História do Brasil;
- j) melhor nota em Geografia;
- l) mais idade.

VI — Fica revogada a Portaria Ministerial de 14 de março de 1951, sobre o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e o respectivo Exame Vestibular.

Rio de Janeiro, em 3 de maio de 1956.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

(Publicada no *Diário Oficial* de 8 de maio de 1956).

PORTARIA MINISTERIAL

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 36 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956 e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do mesmo Instituto, resolve:

I — Fica aprovado o novo Programa do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que, assinado pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, é com esta publicado. (*)

II — Ficam revogadas as portarias de 12 de março de 1952 e a de 5 de abril de 1955, sobre o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1956.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

(Publicada no *Diário Oficial* de 8 de maio de 1956).

(*) Vide o programa do no capítulo "Programas", do Relatório referente a 1956.

PORTARIA N.º 12, DE 6 DE JULHO DE 1956

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando da faculdade que lhe confere o parágrafo único do art. 17 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 20.694, de 6 de março de 1946, resolve baixar as seguintes instruções para o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas:

I — Os alunos inscritos *ex-officio* só poderão comparecer às provas finais se tiverem assistido efetivamente a noventa por cento das aulas e conferências do Curso.

Parágrafo único. Para os alunos inscritos voluntariamente, essa proporção de frequência será computada das aulas ou conferências das disciplinas em que se tenham inscrito.

II — Qualquer atraso será considerado falta; para a primeira aula será concedida uma tolerância de dez minutos.

III — Até um total de dez por cento das aulas e conferências, serão justificadas as faltas decorrentes de doença, comprovada por laudo do serviço médico do Ministério das Relações Exteriores.

IV — Serão desligados do Curso os alunos que tiverem mais de cinco por cento de faltas não justificadas.

V — Fica revogada a Portaria n.º 27, de 22 de julho de 1954.
Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1956.

ANTONIO CAMILLO DE OLIVEIRA.

(Publicada no Diário Oficial de 18 de julho de 1956).

RELATÓRIO REFERENTE A 1957

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

(C.P.C.D.)

EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1958

As inscrições para o Exame Vestibular mantiveram-se abertas de 1.º de abril a 15 de junho. As instruções e o programa para esse Exame obedeceram ao disposto na Portaria Ministerial de 3 de maio de 1956. *

A exemplo de 1956, os Exames de Sanidade e Capacidade Física foram realizados no Instituto de Seleção e Contrôlo do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Brigadeiro-Médico Orivaldo Benitez de Carvalho Lima. Para os Exames Psicotécnicos, a banca examinadora, — que teve a presidência do Professor Aduino Botelho — foi a mesma do ano anterior, isto é, composta dos Doutores:

Cleodulfo Vianna Guerra
Eustáchio Portella Nunes
Lourival Ferreira Coimbra
Rawlison Prestes Lemos
Roberto de Souza Bittencourt
Waldemar Zusman
Psicólogo Roger Séguin

MOVIMENTO GERAL DAS PROVAS:

Candidatos inscritos	181
Inscrições indeferidas	6
Eliminados no Exame de Sanidade e Capacidade Física	37 **
Eliminados nos Exames Psicotécnicos	17
Desistentes	14 ***

* Vide Relatório referente a 1956 — Legislação.

** Dêstes, 5 submeteram-se ao Exame Psico-físico e às provas intelectuais, em virtude de mandado de seg. 2ª.

*** Dois desistiram após prova de português.

PROVAS INTELECTUAIS ELIMINATÓRIAS

<i>Português</i> — Escrita — Compareceram 109 candidatos	56
— Aprovados	
<i>Francês</i> — Escrita e Oral — Compareceram 54 candidatos	32
— Aprovados	
<i>Inglês</i> — Escrita e Oral — Compareceram 32 candidatos	29
— Aprovados	
<i>História do Brasil</i> — Escrita — Compareceram 29 candidatos	29
— Aprovados	
<i>História Mundial Moderna</i> — Escrita — Compareceram 29 candidatos	24
— Aprovados	
<i>Geografia</i> — Escrita — Compareceram 24 candidatos	20
— Aprovados	
<i>Elementos de Economia Política</i> — Escrita — Compareceram 20 candidatos	20
— Aprovados	
<i>Noções Fundamentais de Direito</i> — Escrita — Compareceram 20 candidatos	19
— Aprovados	

PROVAS INTELECTUAIS CLASSIFICATÓRIAS

Cultura Geral — Escrita.

Português — Oral.

Conseguiram média global 19 candidatos

Damos a seguir, por ordem de classificação, a lista final dos candidatos aprovados:

Mauro Mendes de Azeredo.
 Maria da Natividade Duarte Ribeiro.
 Paulo Sérgio Nery.
 Sérgio Henrique Nabuco de Castro.
 Roberto de Salvo Coimbra.
 Antonio Ferreira da Rocha.
 Annuciata Padula.
 Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni.
 Arrhenius Fábio Machado de Freitas.
 Paulo Guilherme Vilas Boas Castro.
 José Botafogo Gonçalves.
 Carlos Alberto Leite.
 José Dácio Afonso Miranda.
 Carlos Norberto de Oliveira Pares.
 Adolpho Corrêa de Sá e Benevides.
 Mário Cesar de Moraes Pitão.
 Júlio Gonçalves Sanchez.
 Aloísio Ribeiro Vieira.
 Carlos Luiz Coutinho Perez.

As bancas examinadoras presididas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Antônio Camillo de Oliveira, e assessoradas pelo Conselheiro Vera Regina Arnaral Sauer, Chefe da Secretaria, Professora Rachel Biasotto Mano, Encarregada, interina, da Seção Técnico-Pedagógica e Cônsul Amaury Eier, tiveram a seguinte constituição:

Português — Professores Joaquim Mattoso Câmara e Hamilton Elia.

Francês — Professores Louis Viala e Raymonde Vasconcellos.

Inglês — Professores G. A. Bridges e Carmen Saraiva.

História do Brasil — Professor José Wanderlei de Araújo Pinho.

História Mundial Moderna — Professor Eremildo Vianna.

Geografia — Professor Lúcio de Castro Soares.

Elementos de Economia Política — Professor João Paulo de Almeida Magalhães.

Noções Fundamentais de Direito — Doutor Amílcar Falcão.

Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Doutor Renato de Almeida.

C. P. C. D.

Considerando o grande número de vagas existentes nos quadros da carreira, a Portaria Ministerial de 22 de fevereiro de 1957* restabeleceu no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata o currículo de 2 anos para os candidatos aprovados nos Vestibulares de 1956 e 1957. Ficou, portanto, suspensa temporariamente a aplicação da Portaria Ministerial de 2 de maio de 1956, que aumentava o curso de dois para três anos.

PRIMEIRO ANO LETIVO

Da turma do 1.º ano faziam parte, inicialmente, os 27 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado em 1956. Posteriormente, entretanto, foi feita a matrícula do Senhor Sérgio Augusto Ferreira Vicacqua que, em virtude de decisão judicial, foi submetido às provas vestibulares em fevereiro de 1957.

Em julho, realizaram-se as provas parciais e em novembro e dezembro os exames finais.

* V. Legislação.

CORPO DOCENTE

Português

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima.
Substituto: Professor Paulo Lantelme.

Francês

Professora Louise Jaquier.

Inglês

Professor John Knox.

História Diplomática do Brasil

Professor Américo Jacobina Lacombe.
Substituto: Professor José Wanderley de Araújo Pinho.

História Diplomática Mundial

Professora Yedda Leite Linhares.

Geografia

Professor Hilgard Sternberg.

Substitutos: Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães e
Professora Elza Coelho de Souza Keller.

Economia Política

Professor Jayme Magrassi de Sá.
Substituto: Professor Edilberto Costa.

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Hamilton Leal.

Direito Civil e Comercial

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.

EXAMINADORES

Português

Professor Lauro Lantelme e
Secretário: Paulo Anéllo do Nascimento e Silva.

Francês

Professora Louise Jaquier e
Conselheiro Manuel Antônio de Pimentel Brandão.

Inglês

Professores John Knox e
John Mulholland.

História Diplomática do Brasil

Professores Américo Jacobina Lacombe e
Roberto Piragibe da Fonseca.

História Diplomática Mundial

Professores Maria Yedda Leite Linhares e
Francisco José Calazans Falcon.

Geografia

Professores Fábio de Macedo Soares Guimarães e
Elza Coelho de Souza Keller.

Economia Política

Professor Jayme Magrassi de Sá e
Ministro Otávio Augusto Dias Carneiro.

Direito Constitucional e Administrativo

Professores Hamilton Leal e
José Cândido Sampaio de Lacerda.

Direito Civil e Comercial

Professor José Cândido Sampaio de Lacerda e
Doutor Amílcar Falcão.

CORPO DISCENTE

(Em ordem de classificação)

Narto Lanza.

Bernardino Raimundo da Silva.

Marcos Henrique Camillo Cortes.

João Carlos Pessoa Fragoso.

Lavinia Augusta Machado.

Alvaro da Costa Franco Filho.

João Augusto de Médicis.

Heitor Soares de Moura Filho.

Luiz Fernando do Couto Nazareth.

Jorge Carlos Ribeiro.

Luiz Villarinho Pedroso.

José Constâncio Austregésilo de Athayde.

Francisco Thompson Flores Netto.

Landulpho Victoriano Borges da Fonseca.

Aderbal Costa.

Miguel Pedro de Vasconcelos Souza.

Adriano Benyon do Amaral.

Cyro Gabr. do Espírito Santo Cardoso.

Celeste Dezon Costa Hasslocher.
Sérgio Augusto Ferreira Vivacqua.
Mário Augusto Santos.
Walter Wehrs.
Sérgio Seabra de Noronha.
Cláudio Luiz dos Santos Rocha.
Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos.
Carlos Henrique Paulino Prates.
Maud Polly Góes.
Isaura Maria de Morin Parente de Mello.

SEGUNDO ANO LETIVO

Terminaram o 2.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os seguintes alunos, relacionados de acordo com a classificação final obtida no Curso:

Ivan Velloso da Silveira Batalha.
Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.
Luiz Orlando Carone Gélío.
Sérgio Martins Thompson Flôres.
Alvaro Bastos do Valle.
Sérgio de Queiroz Duarte.
Marcos Castrioto de Azambuja.
René Luiz Cavé Rainho.
José Maria Diniz Ruiz de Gambôa.
Bernardo de Azevedo Brito.
René Hagenauer.
Joayrton Martins Cahu.
Laura Maria Malcher de Macedo.
Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti.
Carlos Antônio Bettencourt Bueno.
Cecília Maria do Amaral Prada.
Moacyr Moreira Martins Ferreira.

O aluno Livieto Justino de Souza que havia terminado o 1.º ano do Curso, foi obrigado a interromper seus estudos por motivo de saúde.

Com a nomeação da turma acima mencionada, elevar-se-á a 190 o número de funcionários que ingressaram na carreira de diplomata através do Instituto Rio-Branco, desde 1947.

CORPO DOCENTE

Português

Professor Jesus Belo Galvão.
Substituto: Professor Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira.

Francês

Professora Louise Jaquier.

Inglês

Professor John Mulholland.

Política Econômica

Professor Jayme Magrassi de Sá.
Substituto: Professor Edilberto Costa.

Política Internacional

Professor João Baptista Barreto Leite.

Direito Internacional Público

Embaixador Hildebrando Accioly e
Secretário: Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.

Direito Internacional Privado

Professor Oscar Accioly Tenório.

EXAMINADORES

Português

Professores Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira e
Jesus Belo Galvão.

Francês

Professora Louise Jaquier e
Conselheiro Manuel Antônio de Pimentel Brandão.

Inglês

Professores John Mulholland e
John Knox.

Política Econômica

Professor Jayme Magrassi de Sá e
Ministro Otávio Augusto Dias Carneiro.

Direito Internacional Privado

Professores Oscar A. ly Tenório e
Hamilton Leal.

Direito Internacional Público

Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Accioly e
Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva,
Folheta Internacional

Professor João Baptista Barreto Leite e
Conselheiro Sérgio Armando Frazão.

TURMA DIPLOMADA EM 1957

Alberto Vasconcellos da Costa e Silva (São Paulo)

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Alvaro Bastos do Valle (Distrito Federal)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Bacharel em Línguas e Letras Anglo-Germânicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil.

Bernardo de Azevedo Brito (Minas Gerais)

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. 2.º Tenente da Reserva da Marinha (Corpo de Fusileiros Navais).

Carlos Antônio Bettencourt Bueno (Uruguai — Brasileiro de acôrdo com o art. 129, item II da Constituição de 1946).

Estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Stanford.

Cecília Maria do Amaral Prada (São Paulo)

Licenciada em Letras Neo-Latinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Mackenzie — São Paulo. Bacharel em Jornalismo pela Escola de Jornalismo "Casper Libero" da Universidade Católica de São Paulo. Curso de Aperfeiçoamento em Jornalismo no Instituto Internacional "Pro Deo" de Roma — (Bolsa de Estudos). Professora por concurso, nomeada para a cadeira de Português do Ginásio Estadual de Conchas.

Ivan Velloso da Silveira Batalha (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Aspirante a Oficial da Reserva pelo C.P.O.R. do Rio de Janeiro. Certificado de Conclusão do 1.º ano do Curso de Museus — (Museu Histórico Nacional). "Diplôme de Langue" do Curso da Alliance Française. Funcionário do Banco do Brasil, por concurso, de 1952 a fevereiro de 1958.

Joayrton Martins Cahu (Pernambuco)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal. Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. — Membro Acreditado na O.N.U. (Comissão Jurídica). "Hautes Etudes Latines" — Faculté de Lettres de l'Université de Paris — (Sorbonne).

José Maria Diniz Ruiz de Gamboa (Distrito Federal)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal. Funcionário do Banco do Brasil, por concurso, de setembro de 1931 a fevereiro de 1958. Funcionário do I.A.P.I., em 1951.

Laura Maria Malcher de Macedo (Distrito Federal)

Certificado de conclusão de Curso Clássico.

Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti (Pernambuco)

Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Bacharel em Jornalismo pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Redator da Agência Nacional — 1949-1950. Oficial de Gabinete do Ministro da Agricultura (1950-51). Professor de Ensino Técnico (Curso Básico) da P.D.F., desde 1951. Integrou a Delegação brasileira à IV Conferência Interamericana de Agricultura e II Reunião Regional Latino-Americana da F.A.O., realizadas em Montevideo, em dezembro de 1950.

Luiz Orlando Carone Gêlio (Espírito Santo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. 2.º Tenente da Reserva da Marinha.

Marcos Castrioto de Azambuja (Distrito Federal)

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Cambridge. "Dip a in English" — (Davies's Tutorial

School). Certificado de Frequência dos Cursos de verão de Literatura Inglesa, das Universidades de Londres — (Queen's College) e Oxford — (Wadham's College).

Moacyr Moreira Martins Ferreira (Maranhão)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal. Curso de Estrutura Social dos Estados Unidos pela Universidade de Harvard, USA — Sócio efetivo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro — Membro da "American Society of International Law". Extranumerário, Ref. 19, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (1953). Auxílio de Consulado em Boston — (1954-55).

René Haquenauer (Distrito Federal)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal. Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan. "Diplôme de Langue" pela Alliance Française. Diploma de Inglês — (Cursos básicos) do Instituto Brasil-Estados Unidos. Diploma do Curso da "Alliance Française" da Associação de Cultura Franco-Brasileira.

René Luiz Cavé Rainho (Distrito Federal)

Estudante da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Sérgio Martins Thompson Flôres (Cuba) — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II da Constituição de 1946).

Bacharel em Filosofia pela Universidade de Poitiers (França).

Sérgio de Queiroz Duarte (Distrito Federal)

Estudante da Faculdade de Direito de Niterói. Bacharel em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. "Lower Certificate in English" pela Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English" pela Universidade de Michigan.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

(C.A.D.)

Em obediência ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946, concluíram em 1957 o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, realizado, excepcionalmente, em duas turmas, três grupos de funcionários diplomados pelo Instituto Rio-Branco.

1.ª turma — abril a julho:

Foram inscritos *ex-officio* nessa turma os componentes do Concurso Direto de 1955, abaixo relacionados por ordem de classificação:

Edmundo Radwanski
Marina de Barros e Vasconcellos
Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho
Isocrates de Oliveira
Guilherme Weinschenk
Hélcio Tavares Pires
Mozart Janot Junior
Regina Victoria Castello Branco
Mário Wilson Fernandes
Jorge Alberto Nogueira Ribeiro
Mário Andrade Correia
André Guimarães
Rogério Corção Braga
Francisco Hermógenes de Paula
José Murillo de Carvalho
Antônio Carlos Diniz de Andrada
Luiz Horácio de Oliveira Lacerda
Hersyl Castejo Branco de Perreira Franco
Paulo Tarso de Lima

2.^a turma — agôsto a outubro:

Integraram essa turma os cônsules de 3.^a classe que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata nos anos de 1955 e 1956, abaixo relacionados:

Amaury Bier
 Antônio Amaral de Sampaio
 Antônio Arruda Câmara Filho
 Asdrubal Pinto de Ulysséa
 Carlos Eduardo de Albuquerque Alves de Souza
 Cláudio Cabussu Tourinho
 Eduardo Portella Netto
 Enaldo Camaz de Magalhães
 Gil Roberto Fernando de Ouro Preto
 João Tabajara de Oliveira
 Jorge Pires do Rio
 Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa
 José Bonifácio Lourenço de Andrada
 Luiz Carlos Barreto Thedim
 Luiz Cláudio Pereira Cardoso
 Luiz Emery Trindade
 Marco Aurélio dos Santos Chaudon
 Marina de Moraes Leme
 Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto
 Michael Joseph Corbett
 Murillo de Miranda Basto Júnior
 Octavio Eduardo Guinle
 Odilon de Camargo Penteado
 Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio
 Pedro Carlos Neves da Rocha
 Pedro Hugo Fabrício Belloc
 Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro
 Sérgio Paulo Rouanet
 Sérgio da Veiga Watson
 Victor Augusto Nunes Vasseur
 Yvonne Magno Pantoja

Por motivo de força maior não foi ainda realizada a prova de Prática Consular, razão pela qual somente em fevereiro de 1958 será esta turma diplomada.

No que se refere à matéria dos Cursos, o Embaixador Antônio Camillo de Oliveira, atual Diretor do Instituto Rio Branco, introduziu duas inovações que alcançaram pleno êxito:

1.^a) As conferências previstas no Curso de Aperfeiçoamento, na cadeira de Prática Diplomática (Problemas Inter-

nacionais), então pronunciadas por personalidades de nome conhecido nas letras, na administração, na política do país ou na diplomacia, passaram a ser proferidas pelos próprios alunos. Os temas propostos, versando sobre História Diplomática, Direito Internacional e Política Internacional, exigiam, de cada conferencista consciencioso trabalho de investigação, de análise do material coligido, do seu aproveitamento na composição das teses e no debate destas.

Os 36 alunos, que passaram por essa experiência, houveram-se, em sua grande maioria, com louvável zelo e alguns com incontestável brilho.

2.^a) Esta inovação se relaciona com a prática da redação de correspondência oficial. Se bem a pericia nesse particular não se adquire senão depois de um certo tirocinio na própria Carreira, o Instituto pensa, não obstante, que poderia antecipar um pouco ao que normalmente seria obra do tempo, iniciando desde logo os futuros funcionários diplomáticos e consulares na composição do tipo de correspondência mais usual, mediante exercícios adequados nas aulas de Prática Diplomática do Curso de Aperfeiçoamento.

RELAÇÃO DOS TEMAS DE DEBATE REFERENTES À CARREIRA DE PRÁTICA DIPLOMÁTICA, COM OS RESPECTIVOS CONFERENCISTAS

Posição do Itamaraty na questão da Ilha da Trindade.

Cônsul José Bonifácio Lourenço de Andrada.

A questão da Hileia Amazônica.

Cônsul Odilon de Camargo Penteado.

A revolução chinesa do século XX.

Cônsul Sérgio da Veiga Watson.

A Rússia após Stalin

Cônsul Sérgio Paulo Rouanet.

- A criação de uma força internacional das Nações Unidas.
 Cônsul Marina de Moraes Leme.
- A revisão das Convenções de Haia de 1907.
 Cônsul Ivone Magno Pantoja.
- O colonialismo na América e no mundo. Posição do Brasil.
 Cônsul Eduardo Portella Netto.
- As negociações diplomáticas entre Portugal e França para cessação do tráfico de pau-brasil no século XVI.
 Cônsul Antônio Arruda Câmara.
- O nacionalismo asiático e o ocidente.
 Cônsul Gil Roberto Fernando de Ouro Preto.
- Influência das constituições estrangeiras na constituição brasileira de 1824. Cotejo com a francesa de 1791 e as espanholas.
 Cônsul Cláudio Cabussu Tourinho.
- A igualdade jurídica dos Estados diante da Carta das Nações Unidas.
 Cônsul Enaldo Camaz de Magalhães.
- A influência da opinião pública sobre a política externa: nos países ocidentais e no Brasil.
 Cônsul Michael Joseph Corbett.
- A plataforma submarina em face do Direito Internacional. Posição do Brasil e de outros Estados.
 Cônsul Antônio Amaral de Sampaio.
- O jacobinismo no período regencial. Projeto de nacionalização do comércio.
 Cônsul Amaury Bier.
- O princípio da competência doméstica dos Estados na Carta das Nações Unidas. Casos concretos de sua aplicação. A posição do Brasil.
 Cônsul Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa.
- A revisão da Carta das Nações Unidas: em que condições se verifica sua oportunidade ou inoportunidade.
 Cônsul Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza.
- O Tratado de Comércio de 1810, com a Inglaterra. Crítica e defesa.
 Cônsul Luiz Emery Trindade.

- Revisão da Carta da O.E.A.
 Cônsul Asdrubal Pinto de Ulysséa.
- Raízes brasileiras do pan-americanismo.
 Cônsul Jorge Pires do Rio.
- Governos de *Italo*. Variações da doutrina sobre reconhecimento.
 A Doutrina Estrada. Posição do Brasil.
 Cônsul Murillo de Miranda Basto Júnior.
- Características básicas da política exterior dos Estados Unidos.
 Cônsul Luiz Cláudio Pereira Cardoso.
- Abertura dos portos. Pressão inglesa para a concessão de portos no Brasil. Negociações de Londres de 1807.
 Cônsul Pedro Hugo Fabricio Belloc.
- O Juiz Conservador da Nação Inglesa no Brasil.
 Cônsul Raul Fernando Belfort Roxo Leite Ribeiro.
- O art. 4.º da Carta das Nações Unidas. Como deve ser interpretado.
 O caso da Espanha, de Israel e da China Comunista.
 Cônsul Pedro Carlos Neves da Rocha.
- A questão do "tráfico". O Bil Aberdeen. Posição do Brasil.
 Cônsul Paulo Pires do Rio.

CORPO DOCENTE

- Prática Diplomática* (Organização e Métodos de Trabalho do Serviço Diplomático).
 Ministro Jorge Latour, em ambas as turmas.
- Prática Consular*
 1.ª turma: Cônsul Geral Alfredo Polzin.
 2.ª turma: Cônsul Milton Faria.
- Tratados e Política Econômica do Brasil*
 1.ª turma: Professor Jayme Magrassi de Sá.
 2.ª turma: Professor Edilberto Costa.
- Estudos Brasileiros*
 Padre Fernando B. s de Ávila, em ambas as turmas.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Com a redução de 20% na dotação orçamentária do Instituto, determinada pelo Senhor Presidente da República, a Seção de Pesquisas e Publicações foi sensivelmente prejudicada, cabendo-lhe maior corte de verba que às demais seções cujas despesas são inadiáveis.

No decurso de 1957 foi entregue, ao Departamento de Imprensa Nacional, a publicação "Esquisse de l'Histoire du Brésil", pertencente à coleção de obras do Barão do Rio-Branco e reeditada por este Instituto. A referida publicação foi acrescida de prefácio e notas do Professor José Honório Rodrigues, cuja versão para o francês coube à Professora Raymond de Vasconcellos. Este trabalho, que se encontra em fase final de impressão, deverá sair do prelo no início do próximo ano.

Quanto à obra do Professor Jaime Cortesão, "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri", dois volumes ainda se acham em provas: IV parte, tomo II — Negociações, em preparação, e V parte, tomo único — Execução do Tratado, ainda em segundas provas.

O Departamento de Imprensa Nacional aguarda a decisão do Instituto sobre o orçamento apresentado para a impressão do trabalho do Professor Cortesão, "O Brasil nos Velhos Mapas".

Está sendo preparado, no momento, o índice onomástico e toponímico da "Esquisse de l'Histoire du Brésil", composto de cerca de 1.300 fichas.

BIBLIOTECA

Aquisição:

No decorrer de 1957, a Biblioteca do Instituto Rio-Branco teve o seu acervo aumentado de 433 volumes, entre compras e doações, tendo sido a Embaixada Americana seu principal doador. Dentre as doações de particulares, destaca-se a

do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, que ofereceu suas obras completas. Com os recursos da verba anual conseguiu a Biblioteca adquirir a coleção do "Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de La Haye".

A seleção de obras para aquisição foi feita através de consulta às bibliografias correntes, de indicações do Corpo docente e discente do Instituto Rio-Branco e de exames dos livros enviados, em demonstração, pelas livrarias.

Permuta:

Durante o ano de 1957 a Biblioteca do Instituto permutou material bibliográfico unicamente com a Biblioteca do Itamaraty.

Encadernação:

Foram encadernados 329 volumes, tendo sido dada preferência aos livros que oferecem maior movimento de consulta.

Catálogo e Classificação:

Desde junho de 1956, vem mantendo a Biblioteca do Instituto Rio-Branco estreita colaboração com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que tem por objetivo uniformizar as pesquisas e trabalhos de catalogação nos centros de documentação do país, organizando ao mesmo tempo um catálogo coletivo das obras existentes nos mesmos.

Empréstimos

O movimento de consultas à Biblioteca do Instituto tem crescido progressivamente. Em 1956 foram emprestados, para leitura a domicílio, 375 livros e folhetos e 258 periódicos; em 1957 a retirada de livros e folhetos aumentou para 847 e a de periódicos para 683, somando, portanto, um total de 1.374 empréstimos, contra 633 de 1956. Esta soma exclui as consultas levadas a efeito na própria sede da Biblioteca.

PROGRAMAS

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

Não houve modificação * exceto quanto à História do Brasil **

1.º ANO LETIVO

INGLÊS

- I — Pronunciation. Importance of the tonic accent in word and sentence. Intonation. Liaison.
- II — Articles. Demonstratives. Some, any, much, etc. Plurals.
- III — Formation of compound nouns. Personal pronouns.
- IV — Positive, negative and interrogative sentence structure. Definition of anomalous finites. Inversion after adjectives and adverbs such as: such, never.
- V — Tenses. Forms of the present.
- VI — Capability and possibility.
- VII — Duty, obligation and necessity.
- VIII — Future.
- IX — Past. Perfect and preterite. Habitual past.
- X — Passive voice. Translation of the Portuguese reflexive.
- XI — The conditional sentence.
- XII — Subordinate clauses.
- XIII — Relative clauses.
- XIV — Infinitive, gerund and present participle.
- XV — Irregular verbs.
- XVI — Degrees of comparison.
- XVII — Prepositions and prepositional adverbs.

* Vide: Relatório referente a 1956 — Prof as.

** Vide: Legislação — Portaria Ministerial 22 de novembro de 1957.

- XVIII — Abbreviation of the anomalous finites. Question-tags.
- XIX — Americanisms and foreign expressions.
- XX — Courtesy. Slang. Expressions to be avoided.
- XXI — Numbers, days and dates. Mathematical expressions.
- XXII — Indirect speech.
- XXIII — Précis-writing.
- XXIV — Letter-writing in general.
- XXV — Personal letters.
- XXVI — Business letters.
- XXVII — Diplomatic correspondence.

NOTE — It is not intended that each of the above headings should be made the subject of one or only one lecture. The time actually spent will depend upon the knowledge of the students and the rapidity with which they assimilate the instruction, as evidenced by periodical tests. Furthermore, a certain number of classes will be devoted to reading, translation at sight and addresses to be delivered by the students. If time permits, seminars and debates may also be included in the programme.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA MUNDIAL

1. O Congresso de Viena e a Santa Aliança: o sistema europeu de 1815; a política de intervenção e os Congressos; os problemas mundiais, a América e a independência das colónias espanholas.
2. Os Movimentos Revolucionários na Europa: o movimento nacional belga; a questão polonesa; as aspirações nacionais e liberais na Itália e na Alemanha.
3. A Questão do Oriente: o Império Otomano e as Potências; o problema da independência da Grécia. Hohamed Ali e o Egipto. A Convenção dos Estreitos.
4. As Revoluções de 1848 e a Política Europeia: a Questão italiana; a Questão alemã; as repercussões internacionais dos movimentos de 1848.
5. A Diplomacia Europeia de 1851 a 1871: características gerais. A Guerra da Crimeia e o Congresso de Paris. Bismarck, Napoleão III e Cavour.
6. A Política das Alianças: 1871-1890. O isolamento da França. a crise oriental de 1875-1878; a Triple Alliance.
7. Os Estados Unidos na Política Mundial: a guerra hispano-americana; o Pacífico; o Canal do Panamá.
8. A Questão do Extremo-Oriente: a política japonesa. A reacção chinesa; os interesses das Grandes Potências na China.

9. A Política Mundial de 1890 a 1907: Aliança franco-russa; as "ententes". Questões africanas.
10. A Primeira Guerra Mundial. O Tratado de Versalhes.
11. O Após-Guerra. A Liga das Nações. Tratado de Locarno. O desarmamento.
12. As Crises Internacionais de 1933 a 1939. A Conferência de Munique. O pacto germano-soviético. A Segunda Guerra Mundial.

Anexos:

- I — Orientação bibliográfica geral.
- II — Trabalhos escolares.

ANEXO I — ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA GERAL

ALBIN, Pierre

"Les grands traités politiques de 1815 à 1914", 4.^a ed., Paris, 1932.

COLLIARD, Claude-Albert

"Droit International et Histoire Diplomatique", Paris, 1948.

DROZ, Jacques

"Histoire Diplomatique de 1648 à 1919", Paris, 1952.

DUROSELLE, J. B.

"Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours", Paris, 1953.

GRANT, A. J. e TEMPERLEY, Harold

"Europe in the Nineteenth and Twentieth Centuries, 1789-1850", 6.^a ed., Londres, 1952.

L'HUILLIER, Fernand

"De la Sainte-Alliance au Pacte Atlantique, 1815-1954", 2 vols., Paris, 1954-1955.

LANGER, William L.

"European Alliances and Alignments, 1871-1890", 2.^a ed., New York, 1950.

"The Diplomacy of Imperialism, 1890-1902", 2.^a ed., New York, 1951.

PETRIE, Sir Charles

"Diplomatic History, 1713-1933", London, 1948.

POTEMKINE, C.

"Histoire de la Diplomatie", 3 vols., Paris, 1946.

RENOUVIN, Pierre

- "Le XIXe. Siècle — I — De 1815 à 1871: L'Europe des nationalités et l'éveil de nouveaux mondes", Paris, 1954 (Tomo 5.º de Histoire des Relations Internationales, dirig. por P. Renouvin).
 "Le XIXe. Siècle — II — De 1871 à 1914: L'apogée de l'Europe", Paris, 1955 (Tomo 6.º de Hist. Rel. Intern.).

ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS.

- Coleção "Survey of International Affairs", div. vols. e datas.
 Coleção "Documents of International Affairs", idem.

TAYLOR, A. J. P.

- "The Struggle for Mastery in Europe, 1848-1918", Londres, 1954.
 Coleção "Peoples et Civilisations", Paris:

PONTEIL, F.

- "L'éveil des nationalités de 1815 à 1848", Paris, 1954.

POUTHAS, Ch. H.

- "Démocraties et Capitalisme (1848-1860)", Paris, 1948.

HAUSER, J., MAURAIN, J., BENAERTS, P. e L'HUILLIER, F.

- "Du Libéralisme à l'Impérialisme (1860-1878)", Paris, 1952.

BAUMONT, M.

- "L'essor industriel et l'impérialisme industriel (1878-1904)", Paris, 1949.

RENOUVIN, P.

- "La crise européenne et la première guerre mondiale (1904-1919)", Paris, 1948.

BAUMONT, M.

- "La faillite de la paix (1919-1939)", 2 vols., Paris, 1951.

Coleção "Cléo", Paris:

DROZ, J., GENET, L. e VIDALENC, J.

- "Restaurations et Révolutions (1815-1871)", Paris, 1953.

RENOUVIN, P., PRECLIN, E. e HARDY, G.

- "La paix armée et la Grande Guerre", Paris, 1938.

Coleção de documentos:

- "Documents Diplomatiques Français, 1871-1914", Ministère des Affaires Étrangères, Commission de Publication des Documents

Relatifs aux Origines de la Guerre de 1914, 3 séries, 35 vols., Paris, 1929 e sgs.

"Die grosse Politik der europäischen Kabinette", 40 tomos, em 52 vols., Berlin, 1922-1926, ou tr. fr. "La Politique Extérieure de l'Allemagne, 1870-1914". Publications de la Société de l'Histoire de la Guerre, 32 vols., Paris, 1927-1939.

"British Documents on the Origins of the War, 1898-1914", ed. por G. P. Gooch e H. Temperley, 11 vols., Londres, 1927 e sgs.

"I Documenti Diplomatici Italiani", Ministero degli Affari Esteri, Commissione per la pubblicazione dei documenti diplomatici, dividida em 9 séries, de 1861 a 1943, Roma, em publicação.

"Die politischen Geheimverträge Österreich-Ungarns, 1879-1914", publicados e comentados por A. F. Pribram, 2 vols., Viena, 1922, ou tr. fr. "Les Traités Politiques Secrets de l'Autriche-Hongrie, 1879-1914", 2 vols., Paris, 1923.

ANEXO II — TRABALHOS ESCOLARES

Para a verificação, no decorrer do período letivo, do aproveitamento dos alunos, serão realizados os seguintes trabalhos:

1. *Organização de fichas* — quinquenalmente, os alunos farão entrega das fichas organizadas de acordo com o desdobramento do programa, obedecendo à seguinte orientação:

1.1 — tamanho 21 x 13 (ou equivalente).

1.2 — 1.ª parte: nome do autor, título da obra, número de páginas, local e data da publicação;

1.3 — 2.ª parte: desenvolvimento relativo das várias partes em que o assunto foi decomposto, dando especial atenção àquelas que impliquem em controvérsia ou que, conforme o caso, tenham sido julgadas mais importantes pela orientação geral do curso.

2. *Estágio escrito* — em abril será realizado um estágio escrito relativo à matéria lecionada.

3. *Trabalho de grupo* — em maio, sem prejuízo das aulas, a turma será dividida em grupos para estudo e apresentação de um trabalho, segundo instruções, que, oportunamente, serão distribuídas.

4. *Prova escrita final* — em junho, conforme o calendário do IRBr.

2.º ANO LETIVO

INGLÊS

1. Prática de exposição oral sobre frases lemas da política internacional, escolhidas com antecedência.
2. Exercícios para aprofundamento da pronúncia.

3. Interpretação comentada de textos versando sobre tópicos políticos, econômicos e comerciais, acompanhada de exercícios de gramática e vocabulário.
4. Prática de redação sobre tópicos políticos, econômicos e comerciais.
5. Correção comentada das redações, com o objetivo de levar os alunos a adquirir um estilo claro e correto.
6. Redação de cartas sociais e oficiais.
7. Tradução de documentos oficiais e outros textos.
8. Seminários. Para cada reunião será escolhido para debate um problema da política internacional. Um Presidente e um Secretário, eleitos pelos alunos, serão responsáveis respectivamente pela condução da reunião e a elaboração duma ata.

Os programas das demais matérias não sofreram modificações.
Vide Relatório referente a 1956. Programas.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

(C.A.D.)

ESTUDOS BRASILEIROS

1. Introdução: Tema geral do curso, divisão e método. Problemas sociais brasileiros como desajustes entre vida e estruturas dentro da realidade nacional.

1.^a Parte: A vida nacional

2. A vida nacional em sua base orgânica. Análise da população brasileira estáticamente considerada: incidências sociais de sua densidade e de sua composição por idades.
3. Incidências sociais de sua composição étnica e profissional.
4. A população brasileira dinamicamente considerada: incidências sócio-econômicas de sua natalidade, mortalidade.
5. As migrações internas: diversos tipos de correntes migratórias: causas e impactos sócio-econômicos.
6. As migrações internacionais: contexto doutrinário e perspectiva nacional.
7. O desenvolvimento demográfico do Brasil e seu ótimo econômico de população.
8. A "personalidade de base" brasileira.
9. Estratificação e mobilidade social no Brasil.

2.^a Parte: As estruturas

10. As estruturas econômicas. Evolução da economia brasileira, suas características, seus problemas e perspectivas.
11. A instituição familiar: sua estrutura jurídica e seus desajustamentos sociais.
12. A organização da profissão: a empresa — sua evolução; o sindicalismo; remuneração do trabalho; participação nos lucros.

13. Organização da previdência social.
14. As estruturas políticas.
15. As estruturas constitucionais.
16. As super-estruturas ideológicas.
17. Ensaio de interpretação: crise de crescimento; vitalização e interiorização das estruturas; formação da opinião pública.

Não houve modificações nos programas de Prática Diplomática, Prática Consular e Tratados e Política Econômica do Brasil.

LEGISLAÇÃO

PORTARIA MINISTERIAL

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, § 1.º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e para o efeito de interpretar e dar execução ao que determina a Portaria Ministerial de 2 de maio de 1956, resolve:

I — O disposto nos itens I e II da Portaria Ministerial de 2 de maio de 1956 aplica-se, a partir de 1957, a todos os alunos que se matricularem no 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

II — Nos termos do item III da Portaria Ministerial de 2 de maio de 1956, não se aplicará aos alunos que, em 1957, tiverem acesso ao 2.º ano o regime criado pela mencionada Portaria.

III — A partir de 1958, a Portaria Ministerial acima referida será aplicada integralmente a todos os alunos inscritos no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

IV — O disposto no item III da Portaria Ministerial de 2 de maio de 1956 não se aplica aos casos de repetência.
Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1957.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

(Publicada no *Diário Oficial* de 1 de fevereiro de 1957).

PORTARIA N.º 2, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1957

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, resolve:

A matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estará aberta anualmente de 8 a 28 de fevereiro.
Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1957.

ANTONIO CAMILLO DE OLIVEIRA.

(Publicada no *Diário Oficial* de 5 de fevereiro de 1957).

PORTARIA MINISTERIAL

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, § 1.º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956; atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco e

Considerando que a Portaria de 2 de maio de 1956, interpretada pela Portaria de 28 de janeiro de 1957, aumentou de dois para três anos o Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata;

Considerando, por outro lado, que, no sistema de currículo trienal, criado pelo item I da referida Portaria de 2 de maio de 1956, não haveria turma de diplomados no ano de 1958, donde a impossibilidade de proceder-se no referido ano à seleção prevista no Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946;

Considerando ainda o grande número de vagas que ocorrerão, excepcionalmente, nos dois próximos anos, no quadro inicial da Carreira de Diplomata;

Resolve:

I — restabelecer, por período que irá de março de 1957 a dezembro de 1959 e com aplicação aos candidatos aprovados nos exames vestibulares de 1956 e 1957, — o currículo de dois anos letivos, preexistente à Portaria ministerial de 2 de maio do referido ano.

II — O regime do currículo trienal, instituído pelo item 1.º da referida Portaria ministerial, terá início em março de 1959.

III — Os casos de repetência que porventura ocorrerem nos exames finais do 1.º ano de 1958 e do 2.º ano de 1959 seguirão o regime a que se refere o item II supra.

Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1957.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

(Publicada no *Diário Oficial* de 26 de fevereiro de 1957).

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 36 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956 e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do mesmo Instituto, resolve:

I — aprovar o novo programa da cadeira de História do Brasil do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que, assinado pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, é com esta publicado.

II — revogar a parte V (História do Brasil) do programa do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, aprovado pela Portaria Ministerial de 4 de maio de 1956.

Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1957.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

V — HISTÓRIA DO BRASIL

PROVA ESCRITA

1. O descobrimento.
2. As primeiras Expedições e as Capitânicas hereditárias.
3. Os Governos Gerais e a conquista do litoral. A expansão para o Norte.
4. A luta contra os invasores.
5. Bandeiras e Bandeirantes.
6. Minas de Ouro e Prata.
7. A catequese. Os Jesuítas. A expansão territorial especialmente para o sul.
8. As lutas autonomistas.
9. A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil.
10. D. João. O Brasil Reino. A Política exterior de D. João VI. A Aliança Inglesa. A conquista da Guiana Francesa. Luta com Artigas.
11. A revolução de 1817 em Pernambuco. A regência de D. Pedro.
12. A Independência.
13. O Governo de D. Pedro I. O predomínio do poder central. Os conflitos no Prata (Cisplatina).
14. A Regência. O ato adicional. A agitação nas províncias.
15. Reinado de D. Pedro II. As guerras. As revoluções. O progresso material e cultural do Brasil.
16. O tráfico. A abolição da escravidão. A questão religiosa. A questão militar. A propaganda republicana.
17. A primeira República. A Constituição de 1891. Presidências. População, imigração, agricultura, instituições culturais, pen-samento jurídico e político.
18. A Política Exterior da Primeira República. Questão com a Inglaterra: Ilha da Trindade. Consolidação das fronteiras. A questão do Acre. As conferências da Paz e as Pan-americanas. O Comércio exterior. A Primeira Guerra Mundial. A Conferência da Paz. A Liga das Nações. A Corte de Haia.
19. A crise da Primeira República. Canudos. Jacobinismo, civilismo e revoltas militares. Presidências.
20. A Segunda República. A Revolução de 1930. A Constituição de 1934. As crises econômico-políticas. O golpe comunista de 1935. A Constituição de 1946. A Política trabalhista. A renovação literária e artística (modernismo). A Segunda Guerra Mundial. A Siderurgia. O desenvolvimento econômico.

ANTONIO CAMILLO DE OLIVEIRA.

(Publicada no *Diário Oficial* de 27 de novembro de 1956).

PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO DE 1945 A 1957

N O M E S	C A R G O	E X E R C I C I O
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioli.....	Embaixador.....	28-4-1945 a 13-10-1946
Jacome Baggi de Berenguer Cesar.....	Ministro, int.....	26-7-1946 a 27-12-1946
Hélio Lobo.....	Ministro.....	15-1-1947 a 24-4-1947
Lafayette de Carvalho e Silva.....	Embaixador.....	24-4-1947 a 25-1-1956
Antonio Camillo de Oliveira.....	Embaixador.....	28-1-1956 a

CHEFES DA SECRETARIA

Labieno Salgado dos Santos.....	Ministro.....	1-9-1945 a 3-6-1946
Jacome Baggi de Berenguer Cesar.....	Ministro.....	3-6-1946 a 7-1-1947
João Guimarães Rosa.....	Secretario.....	24-1-1947 a 7-8-1948
Vera Regina Amaral Sauer.....	Cônsul, int.....	1-8-1947 a 31-8-1947
Raul Bopp.....	Ministro.....	17-9-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori.....	Conselheiro.....	17-11-1951 a 30-5-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues.....	Conselheiro.....	30-5-1953 a 11-11-1953
Antonio Correia do Lago.....	Ministro.....	11-11-1953 a 1-10-1954
Luiz de Almeida Nogueira Porto.....	Cônsul.....	6-10-1954 a 26-5-1955
Vera Regina do Amaral Sauer.....	Conselheiro.....	26-5-1955 a

CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	12-5-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz.....	Cônsul int.....	18-11-1949 a 23-6-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul, int.....	23-6-1950 a 9-2-1951
Cláudio Garcia de Souza.....	Cônsul.....	9-2-1951 a 25-5-1952
Luiz Benjamin de Almeida Cunha.....	Cônsul, int.....	2-4-1951 a 23-5-1951
Marco Antonio de Salvo Coimbra.....	Cônsul, int.....	23-5-1952 a 27-3-1953
Manuel Maria Fernandez Alcázar.....	Cônsul.....	8-6-1953 a 7-4-1954
Osires Carneiro Leão.....	Auxiliar Administra- tivo, int.....	11-1-1954 a 10-5-1954
José Maria Vilar de Queiroz.....	Cônsul.....	7-4-1954 a 10-1-1955
Ma-tha Freire Pereira Pinto.....	Escrutinário, int.....	13-1-1955 a

N O M E S	C A R G O	E X E R C I C I O
CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA		
Alvaro Montinho Neiva.....	Técnico de Educação.....	19-5-1948 a 31-12-1949
Marina de Barros e Vasconcellos.....	Professora Encarrega- da.....	9-10-1951 a 13-1-1955
Rachel Biasotto Mano.....	Professora, int.....	13-1-1955 a

CREFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

José Honório Rodrigues.....	Professor.....	2-9-1948 a 24-7-1950
Raul José de Sá Barbosa.....	Cônsul.....	21-8-1950 a 26-5-1951
Luiz Benjamin de Almeida Cunha.....	Cônsul, int.....	11-6-1951 a 24-9-1951
Cláudio Garcia de Souza.....	Cônsul, int.....	24-9-1951 a 19-1-1952
Plávio Garcia de Souza.....	Auxiliar.....	19-1-1952 a 7-1-1955
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.....	Auxiliar, int.....	7-1-1955 a

SECRETÁRIOS DO DIRETOR

Melillo Moreira de Mello.....	Cônsul.....	22-5-1946 a 13-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	23-12-1946 a 12-5-1948
Vera Regina Amaral Sauer.....	Cônsul, int.....	1-8-1947 a 31-1-1948
Ayrton Diniz.....	Cônsul.....	12-5-1948 a 23-6-1950
Luiz Benjamin de Almeida Cunha.....	Cônsul.....	13-2-1951 a 24-9-1951
Cláudio Garcia de Souza.....	Cônsul int.....	24-9-1951 a 5-10-1951
Marco Antonio de Salvo Coimbra.....	Cônsul.....	5-10-1951 a 27-3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8-7-1953 a 7-4-1954
José Maria Vilar de Queiroz.....	Cônsul.....	7-4-1954 a 25-1-1955
Elsa Gomes.....	Aux. Adm., int.....	9-2-1956 a 15-5-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Escrutinária, int.....	16-5-1957 a

AUXILIARES DA SECRETARIA E SUA DISTRIBUIÇÃO PELAS DIVERSAS SEÇÕES SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

* Maria Virginia Dantas Cavalcante.....	Auxiliar.....	1-9-1945 a 31-12-1945
* Ladislau Colapo.....	Auxiliar.....	10-11-1945 a 14-11-1945
* Jorge Malheiros dos Santos.....	Auxiliar.....	5-10-1945 a 13-11-1945
Estêvão Botelho.....	Contador.....	1-1-1946 a

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Martha Freire Pereira Pinto.....	Escriturário.....	8-3-1946 a 12-2-1949 15-7-1953 a.....
* Vera Pereira Corrêa da Costa.....	Auxiliar.....	8-7-1946 a 20-12-1946
* Manoel Moreira de Barros.....	Auxiliar.....	8-3-1946 a 18-10-1946
* Ida Lobo de Brito.....	Arquivista.....	8-3-1946 a 1-2-1947
* Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Escriturário.....	28-11-1946 a.....
* Dulce Soares de Oliveira.....	Datilógrafo.....	3-9-1947 a 31-12-1947
* Clotilde Paqueta de Alencar.....	Auxiliar.....	7-11-1947 a 31-5-1951
* Washington Miller dos Reis.....	Auxiliar.....	21-11-1947 a 5-5-1948
* Iolanda Lucia Vettori.....	Arquivologista.....	12-1-1948 a 30-8-1948
* Cecília Leite Carneiro Monteiro.....	Datilógrafo.....	21-1-1949 a 9-12-1952
* Regina Lima de Abreu.....	Datilógrafo.....	23-3-1949 a 23-8-1951
* Lygia Lima de Abreu.....	Escriturário.....	25-10-1951 a 16-11-1956
* Vera de Pinometel Brandão Corrêa Pinto.....	Auxiliar.....	1-11-1951 a 31-12-1953
* Iris Coelho.....	Taquigrafo.....	1-1-1953 a 31-8-1955
* Sylvia Ribeiro Póvoas.....	Auxiliar Administrativo.....	15-7-1954 a 26-8-1954
* Zoch Yvoarce da Veiga Ferrara Pantes.....	Auxiliar Administrativo.....	26-11-1951 a 1-8-1952
Maria Aparecida de Carvalho Sá.....	Auxiliar Técnico Financeiro.....	1-12-1953 a.....
Rachel Biasotto Mano.....	Escrevente-datilógrafa.....	1-10-1954 a 13-1-1955
* Maria Sylvia de Noronha.....	Auxiliar Administrativo.....	1-10-1954 a 2-9-1955
Anna Maria Ribeiro Teixeira.....	Auxiliar.....	22-8-1955 a.....
Luciôla Junqueira.....	Auxiliar.....	22-8-1955 a.....

SEÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA

* Marina de Barros e Vasconcellos.....	Assistente.....	23-9-1945 a 9-10-1951
Maria Paqueta de Alencar.....	Enc. da Seção.....	9-10-1951 a 3-1-1955
Rachel Biasotto Mano.....	Auxiliar.....	26-5-1947 a.....
Zina Arcary.....	Chefe interino.....	13-1-1955 a.....
Ilka Vianna de Moura.....	Datilógrafo.....	1-10-1951 a.....
	Datilógrafo.....	1-11-1956 a.....

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
* Astréia Dutra dos Santos.....	Pesquisador.....	25-11-1945 a 31-12-1949
* Jacy Lobato Álvares.....	Bibliotecário.....	10-9-1948 a 19-6-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.....	Auxiliar.....	31-11-1948 a.....
* Osires Carneiro Leão.....	Auxiliar Administrativo.....	19-6-1951 a 25-1-1955
Heloisa Behring.....	Bibliotecário.....	15-3-1955 a.....
* Ronaldo Costa.....	Serv. Extraordinário da Biblioteca.....	
* Othon Guimarães.....	Serv. Extraordinário da Biblioteca.....	
PORTARIA		
Wilson Teixeira (Servindo na S.T.P.).....	Artífice.....	
Ivan Teixeira (Servindo na S.A.).....	Continuo.....	
Antonio Jorge do Santos (Servindo na S.T.P.).....	Servente.....	
Rubens Pereira de Souza e Silva (Servindo na S.A.).....	Mensageiro.....	

Nota. — Os auxiliares cujos nomes estão marcados com um asterisco já não trabalham no Instituto Rio Branco

Enfermagem Ana Nery, da Universidade do Brasil. Diretor-executivo da Comissão Nacional Católica de Imigração. Membro da Comissão Organizadora da Enciclopédia Brasileira. Obras publicadas: "Economic Impacts of Immigration", Col. Remp., n.º 10, Martinus Nijhoff, Haia, 1954. "L'Immigration au Brésil. Contribution à une Théorie Générale de l'Immigration". Ed. Agir, Rio de Janeiro, 1957.

CARVALHO, Carlos Delgado de

(CPCD — História Diplomática do Brasil — História Diplomática Mundial).

Bacharel em letras pela Universidade de Lion. Diplomado pela "Escola de Ciências Políticas" de Paris (seção diplomática), 1908. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1921. Sócio de Honra da "Sociedade Brasileira de Geografia". Ex-Diretor do Colégio Pedro II. Catedrático de Sociologia do Instituto de Educação — (Prefeitura do Distrito Federal). Presidente de Honra da "Associação de Cultura Franco-Brasileira" (Alliance Française) do Rio de Janeiro. Representante do Ministério da Educação e Cultura no Diretório do "Conselho Nacional de Geografia". Cavaleiro da Legião de Honra. Incumbido pela UNESCO de organizar e presidir a Reunião dos Geógrafos de 1950 em Montreal (Canadá). Sócio de vários Institutos (Lima, São Paulo, Nova York, Frankfurt s/ Meno, Bahia, Espírito Santo). Professor Emerito da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Autor de vários livros de Geografia, História e Sociologia.

COSTA, Edilberto

(CPCD — Economia Política e Política Econômica)
(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Diplomado em Programação e Planejamento do Desenvolvimento Econômico pela Comissão Econômica da América Latina (CEPAL). Economista da Divisão Econômica do Ministério das Relações Exteriores desde agosto de 1953. Assessor técnico da Delegação do Brasil à Conferência Econômica de Buenos Aires. Jornalista especializado em assuntos econômicos.

FARIA, Cônsul Milton

(CAD — Prática Consular)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Sócio Correspondente da Sociedade Brasileira de Geografia. Membro da "The American Society of International Law". Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata. Professor de Prática Consular do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do I.R.Br. durante os anos letivos de 1950. Examinador de Prática Consular e Prática Diplomática do I.R.Br. em 1950. Vice-Cônsul em Hamburgo e Lisboa.

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1956 e 1957

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto

(CPCD — Direito Internacional Público)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Doutor *Honoris Causa*, pela Faculdade de Direito do Ceará. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Membro do Instituto Americano de Direito Internacional em Washington. Membro da Sociedade Americana de Direito Internacional. Membro correspondente do Instituto Argentino de Direito Internacional. Membro da Academia Diplomática Internacional de Paris. Correspondente do Comité de Legislação estrangeira do Ministério da Justiça da França. Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia. Membro do Instituto do Ceará. Membro e Vice-Presidente da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional Público, do Rio de Janeiro. Sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro da "International Law Association" (American Branch). Professor Catedrático de Direito Internacional Público da Faculdade Paulista de Direito (Universidade Católica), com o título de Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, pela mesma Faculdade. Membro do Conselho Consultivo de "The Consular Law Society", de Nova York. Membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. Membro honorário da Academia de História dos Franciscanos Americanos, com sede em Washington. Sócio correspondente da Academia Cearense de Letras. Membro do "Institut de Droit International", com sede em Genebra. Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores.

ÁVILA, Padre Fernando Bastos de, S. J.

(CAD — Estudos Brasileiros)

Licenciado em Letras Clássicas e Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira de Nova-Friburgo. Licenciado em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Doutor em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Lovaina, Bélgica. Diretor da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor de Sociologia e Demografia na mesma Escola e na Faculdade de Filosofia da mesma Universidade. Professor de Sociologia no Instituto Social da Escola de

Cônsul em Málaga. Cônsul-Adjunto em Montreal. Encarregado do Consulado-Geral em Montreal. Cônsul em Houston. A disposição do Conselho de Imigração e Colonização. Dirigiu a Divisão do Orçamento do Departamento de Administração. Secretário da IX Conferência Internacional Americana em Bogotá. Representante do Itamaraty na Comissão Permanente de Exposições e Feiras. Chefe do Arquivo e Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores. Obra publicada: "Prática Consular".

GALVÃO, Jesus Belo

(CPCD — Português)

Curso Superior na Faculdade Nacional de Filosofia. Bacharel em Letras Clássicas e Licenciado em Letras Clássicas pela mesma Faculdade. Professor da Escola Técnica Nacional, do Colégio Pedro II, dos Cursos de Administração do DASP. Professor dos Cursos de Férias (Extensão Universitária) da Faculdade Nacional de Filosofia. Classificado nos Concursos para Professor Catedrático do Colégio Pedro II e para Professor Catedrático da Escola Naval. Vice-Presidente do Centro de Estudos de Língua Portuguesa. Membro da Academia Brasileira de Filologia. Obras publicadas: "O Salmo de Miserere Mei Deus, de Gil Vicente"; "O Pleonasmo" e mais dois Estudos de Língua Portuguesa; "Leituras Brasileiras" (livro d'ático); "Fenômenos de Sintaxe Ideológica e Afetiva da Língua Portuguesa"; "Textos Comentados"; "Leituras de Português"; "Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa".

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares

(CPCD — Geografia Económica)

Engenheiro Civil e Geógrafo pela antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro (atual Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil). Licenciado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Curso de Aperfeiçoamento em Geografia na Universidade de Wisconsin (E.U.A.). Curso Superior de Guerra na Escola Superior de Guerra. Geógrafo do Conselho Nacional de Geografia (I.B.G.E.). Professor de Geografia do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor de Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia do Instituto Santa Ursula. Presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Representante permanente do Brasil junto ao Conselho Diretor do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e Presidente da Secção Brasileira do mesmo Instituto. Conferencista da Escola Superior de Guerra. Ex-Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia. Ex-membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Ex-Vice-Presidente da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Sócio Efetivo da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sócio Efetivo da Sociedade Brasileira de Geografia. Membro do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Sócio Efetivo da Associação Brasileira de Educação e membro do seu

Conselho Diretor. Principais trabalhos publicados: "Divisão Regional do Brasil" (*in* Rev. Bras. de Geogr., ano III, n.º 2, Rio de Janeiro, 1941); "O Planalto Central e o Problema da Mudança da Capital do Brasil" (*in* Rev. Bras. de Geogr., XI, 4, 1949); "Esboço Geológico do Brasil" (*in* Boletim do Conselho Nacional de Geografia, ano I, n.º 3, Rio de Janeiro, 1943); "Relêvo do Brasil" (*in* Bol. Geográfico, I, 4, Rio de Janeiro, 1943); "Clima do Brasil" (*in* Bol. Geogr., III, 27, 1945); "Delimitação dos Novos Territórios Federais" (*in* Arquivos do Ministério da Justiça, ano 2, n.º 9, Rio de Janeiro, 1944); "Le Choix du Site de la Nouvelle Capitale du Brésil" (*in* Bulletin de l'Association des Géographes Français, n.º 202-203, Paris, 1949); "Parecer sobre o Aspecto Geográfico da Questão de Limites Minas Gerais — Espírito Santo (Departamento Jurídico do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1950); "Terminologia das Divisões Geográficas" (*in* Anais do XVI Congresso Internacional de Geografia, Lisboa, 1950); "O Poder Nacional: Seus Fundamentos Geográficos" (Min. das Rel. Ext. — Instituto Rio-Branco — 1954); Diversas conferências pronunciadas na Escola Superior de Guerra (imprensa, de circulação reservada).

HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de

(CPCD — Português).

(Não apresentou o "curriculum").

JACQUIER, Louise

(CPCD — Francês).

"Diploma Intercantonal Romano para ensino do Francês em país de língua estrangeira" (Suíça). Obras publicadas: "La France racontée aux jeunes", "Français — 4 séries do Curso Comercial Básico". "Français — 4 séries do Curso Secundário", "Français — 2 séries dos Cursos Clássico e Científico".

KELLER, Elza Coelho de Sousa

(CPCD — Geografia).

(Não apresentou o "curriculum").

KNOX, John

(CPCD — Inglês)

(CE — Inglês)

(CEX — Inglês).

Professor de Inglês dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural; da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa; da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro; do Conselho Nacional do Petróleo. Obras publicadas: "Gente e Terra do Brasil"; "Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa".

LACERDA, José Cândido Sampaio de

(CPCD — Direito Civil e Comercial).

Juiz de Direito. Livre docente de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Niterói. Professor de Direito Comercial da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Professor catedrático de "Instituições de Direito Privado" da Faculdade de Economia do Rio de Janeiro. Obras publicadas: "Esboço histórico sobre a organização dos cursos jurídicos no Brasil"; "Natureza e efeitos de contrato de ajuste"; "Curso de Direito Comercial Marítimo e Aeronáutico"; "Da emissão de ações com ágio no direito brasileiro"; "Da negociabilidade dos títulos emitidos pelos armazéns gerais e seus efeitos".

LACOMBE, Américo Jacobina

(CPCD — História Diplomática do Brasil).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela antiga Universidade do Rio de Janeiro. Professor catedrático de História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor catedrático de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula (Rio). Diretor da Casa de Rui Barbosa (Rio). Antigo Secretário do Conselho Nacional de Educação. Membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil do M.R.E. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Institutos Históricos de S. Paulo, Minas Gerais, Petrópolis, do Instituto Arqueológico de Pernambuco e da Sociedade Capistrano de Abreu. Autor de: "Um Passeio pela História do Brasil", "Rio Branco e Rui Barbosa", "Paulo Barbosa e a Fundação de Petrópolis", "Rui Barbosa e a 1.ª Constituição da República", "Mocidade e Exílio de Rui Barbosa", "O Pensamento Vivo de Rui Barbosa".

LANTIERME, Paulo

(CPCD — Português).

Diplomado em Ciências e Letras pelo Instituto Grambery, de Juiz de Fora. Bacharel em Letras Clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia (MEC). Professor de Português e Diretor-auxiliar na Escola de Comércio do Instituto Grambery (1937-1939). Classificado em concursos do DASP para Assistente de Seleção e Assistente de Educação. Ex-Assistente de Seleção do DASP (1942-1944). Professor e Coordenador de Português e Redação Oficial dos Cursos de Administração do DASP, desde 1943. Ex-Professor-Assistente de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1944-1945). Professor de Português da Escola Técnica Nacional do Ministério da Educação e Cultura, desde 1945. Ex-Assistente de Educação na Diretoria do Ensino Industrial — MEC. (1947-1953). Professor de Português nos Cursos de Aperfeiçoamento Pedagógico do INEP — MEC. (1948-1950). Docente de "Metodologia do Portu-

guês" no Curso de Aperfeiçoamento para professores do Ensino Industrial — DEI — CBAI — MEC. (1950). Docente de Prática de Ensino de Língua Portuguesa no Curso de Férias da Associação de Professores Licenciados do Brasil (1950). Examinador de Português em inúmeros concursos realizados pelo DASP. Ex-Professor-Assistente de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette. Examinador de exames de suficiência de Português para registro de Professor no Ensino Secundário. Examinador de Português em vários concursos realizados pelo Serviço de Seleção da Prefeitura do Distrito Federal. Professor de Português do Colégio Pedro II (Externato). Classificado em 1.º lugar em concursos para Professor de Português da Prefeitura (Curso Básico e Curso Técnico) e da Escola Técnica Nacional — MEC. Revisor da Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional (1956). Trabalhos publicados: "Programa de Português para o curso Extraordinário de Formação de Escriturário" (1945). "Curso de Português"; "Metodologia do Português". "Textos de Português" (1950).

LATOUR, Ministro Jorge

(CAD — Prática Diplomática).

Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Diplomado pela Escola Superior de Guerra. Segundo Secretário em La Paz, Roma e Varsóvia. Primeiro Secretário no México, Bogotá e Roma. Ministro Plenipotenciário em Helsinki. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Atenas. Delegado Plenipotenciário do Brasil à Conferência Internacional para o exame do projeto de convenção para repressão ao tráfico ilícito de drogas nocivas, realizada em Genebra. Encarregado de Negócios em Varsóvia. Delegado do Brasil ao XXVII Congresso Internacional de Americanistas, realizado no México. Encarregado de Negócios no México e em Bogotá. Presidiu a Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco. Representante do Ministério das Relações Exteriores no Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, no Rio de Janeiro. Membro da Comissão de Planejamento Econômico. Chefe do Serviço de Documentação do Departamento de Administração do M.R.E. Conselheiro da Delegação do Brasil à Conferência da Paz, Paris, julho de 1946. Presidente do Conselho de Imigração e Colonização em 21-3-1947.

LEAL, Hamilton

(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Ex-Consultor Jurídico da Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Ex-Assistente Jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico. Consultor Jurídico do I.B.G.F. Obras publicadas: "Da Execução de Mandado de Segurança"; "Efetividade da Técnica da Constituição Reformada"; "Institucionalidade Fiscal"; "Da Personalidade Jurídica"; "Polícia Técnica".

LEITE FILHO, João Baptista Barreto

(CPCD — Política Internacional).

Jornalista especializado em assuntos internacionais. Correspondente de guerra na África do Norte e na Europa, 1943-1945. Correspondente político na Europa de 1946 a 1949. Correspondente de imprensa junto a numerosas conferências internacionais. Membro da Delegação Brasileira à IV e X Assembleias Gerais das Nações Unidas, em 1949 e 1955. Conferencista da Escola Superior de Guerra em 1954. Estagiário na mesma Escola, em 1955.

LELLIS, Raul Moreira

(CPCD — Português).

Médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Professor de Português e Literatura Luso-brasileira pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal. Técnico de educação, por concurso, do Ministério da Educação e Cultura. Professor, por concurso, do ensino secundário municipal, com exercício no Instituto de Educação. Aprovado em concurso para professor de Português da Escola Naval. Professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor contratado da Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Santa Úrsula. Obras didáticas publicadas: "O Português no Ginásio" (1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª séries); "Português no Colégio" (2.ª série) de parceria com os Professores C. H. Rocha Lima e M. Penna da Rocha; "Português Comercial", curso técnico, de colaboração com o Professor C. H. Rocha Lima.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha

(CPCD — Português).

Professor catedrático (interino) de Português do Colégio Pedro II. Professor efetivo de Português do Instituto de Educação. Ex-Professor de Português da Escola de Aeronáutica. Ex-Diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional do Distrito Federal. Diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal. Assistente do Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal. Obras publicadas: "Teoria da Análise Sintática"; "Anotações e Textos Errados"; "Curso de Língua Patria"; "O Programa de Português do Segundo Ciclo"; "A Arquitetura do Verso"; "Uma Preposição Portuguesa"; "Através da Oração aos Moços".

LINHARES, Yedda Leite

(CPCD — História Diplomática Mundial).

(Não apresentou o "curriculum").

MANGABEIRA, Francisco

(CAD — Estudos Brasileiros).

(Não apresentou o "curriculum").

MULHOLLAND, John

(CPCD — Inglês).

Diretor de Ensino da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Professor de Inglês nos Cursos da Rádio Ministério da Educação. Ex-Professor de Didática Especial na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette.

PINHO, José Wanderley de Araújo

(CPCD — História Diplomática do Brasil).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia (1910). Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Promotor Público da Comarca da Mata de São João e Promotor Público da Comarca da Capital. Advogado e Jornalista (1912-1924). Deputado Federal pelo Estado da Bahia (1924-1930 e 1935). Procurador do Estado da Bahia junto ao Supremo Tribunal Federal (1931-1947). Prefeito Municipal da Cidade do Salvador (1947-1951). Ministro do Tribunal de Contas da Bahia (1952-1954). Professor de História do Brasil na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Membro efetivo da Academia de Letras da Bahia. Sócio efetivo e benemerito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sócio da Sociedade Brasileira de Geografia. Sócio correspondente de vários Institutos Históricos dos Estados e dos de Petrópolis e Ouro Preto. Autor, além de artigos de colaboração e conferências e discursos publicados em jornais e revistas do Rio, da Bahia e de S. Paulo, e de trabalhos jurídicos, dos seguintes livros de literatura histórica: "Política e Políticos do Império"; "A Sabinada"; "Unidade Nacional — Norte Sul"; "Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe"; "Cotegipe e Seu Tempo"; "Caxias Senador"; "D. Marcos Teixeira — Quinto Bispo do Brasil"; "Testamento de Mem de Sá"; "Salões e Damas do Segundo Reinado"; "História de Um Engenho do Recôncavo".

POZZIN, Alfredo

(CAD — Prática Consular).

Consul Geral Aposentado. Delegado do Brasil à Conferência Internacional de Carnes, realizada em Londres. Presidente da Comissão Julgadora de concorrência pública de construção da metade da ponte internacional sobre o rio Uruguai. Presidente da Comissão para exame, julgamento e demais trâmites nas concorrências abertas, em 1941 e 1942, pelo Ministério das Relações Exteriores. Presidente da representação oficial brasileira na Reunião Comercial Interamericana, realizada em Miami em 1947. Exerceu funções consulares em: Antuérpia, Barcelona, Belgrado, Buenos Aires, Galatz, Havre, Londres, Manchester, Marselha, Miami, Newport-News e São Francisco.

RODRIGUES, José Honório

(CPCD — História Diplomática do Brasil).

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito (1937). Professor de História do Brasil do Instituto Rio-Branco (1946-1951). Encarregado de Pesquisas (1949-1950). Professor Examinador (1953-1955). Professor de História Diplomática do Brasil (1956) do mesmo Instituto. Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional desde 1946. Professor de Ensino Técnico da Prefeitura do Distrito Federal desde 1953 e Membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores desde 1945. Tem colaborado extensamente em diversos jornais e revistas. Seus principais livros são: "Teoria da História do Brasil"; "Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil"; "As Fontes da História do Brasil na Europa"; "Notícia de Vár'a História"; A Pesquisa Histórica no Brasil"; "Brasil, Período Colonial", México, 1953; "O Continente do Rio Grande"; "Historiografia del Brasil, Siglo XVI", México, 1957. Editou as "Cartas ao Amigo Ausente", de José Maria da Silva Paranhos, Rio de Janeiro, Instituto Rio-Branco, 1953; a "Correspondência de Capistrano de Abreu", Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 vols.; os "Capítulos de História Colonial", 4.^a ed., de Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, Livraria Bruguê, 1954. É o editor oficial dos "Anais" e dos "Documentos Históricos" da Biblioteca Nacional, tendo saído sob a sua direção os vols. 66 a 75 dos "Anais" e 71 a 110 dos "Documentos Históricos". É membro correspondente do Seminário de Estudos Americanistas da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madrid desde 1950. Suplente de Delegado do Brasil na Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História desde 1951. Membro do Comitê de Redutores da Revista de História da América, editada pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História desde 1953. Associado-Editor da Hispanic American Historical Review, e Membro correspondente da Comissão Internacional para uma História do Desenvolvimento Cultural e Científico da Humanidade, sob os auspícios da Unesco, desde 1954. Recebeu o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras (1937), uma bolsa de pesquisa da Fundação Rockefeller em 1943-1944, e foi convidado do Conselho Britânico em 1950 para visitar a Inglaterra. Participou dos 3 Colloquiums Internacionais de Estudos Lusobrasileiros, reunidos respectivamente em Washington (1950), São Paulo (1954) e Lisboa (1957). Foi colaborador do Programa de História da América, promovido pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, tendo participado de 3 reuniões realizadas em Havana (1953), Nova York (1954) e Washington (1956). Participou da Mesa-Redonda para o Conhecimento Mútuo das Américas, promovida pela Organização dos Estados Americanos e realizada em Porto Rico, em 1956. Pertence às seguintes sociedades históricas: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (sócio efetivo), Sociedade Capistrano de Abreu, Instituto do Ceará, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Instituto His-

tórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, Instituto Histórico de Iguaraçu, Academy of American Franciscan History (Washington, U.S.A.), e Nederlandsche Maatschappij voor Letterkunde (Utrecht, Holanda). Fez, em 1955, como representante do Ministério da Educação e Cultura, o Curso da Escola Superior de Guerra. Faz parte da Ordem de Orange e Nassau, no grau de Oficial.

SÁ, Jayme Magrassi de

(CPCD — Economia Política — Política Econômica).

(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — Estudos Brasileiros).

Economista. Contabilista. Oficial da Reserva do Exército. Diplomado pela Escola Superior de Guerra em 1955. Assessor Técnico da Diretoria do Instituto de Economia da Fundação Mauá — Abril de 1949 a dezembro de 1951. Técnico em Economia do Conselho Nacional de Economia — Novembro de 1951 a abril de 1952. Economista da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos — Dezembro de 1952 a junho de 1953. Economista da Divisão Econômica do M.R.E. desde janeiro de 1952. Assessor Técnico da Divisão Econômica. Assessor Técnico da Delegação Brasileira à VII Reunião das Partes Contratantes do Acôrd de Tarifas e Comércio — 1952. Assessor Técnico da Comissão Mista Brasil-Argentina — 1954. Assessor Técnico da Presidência da COFAP — 1955. Representante do DEC do MRE na Comissão de Fomento e Investimentos da SUMOC.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e

(CPCD — Direito Internacional Público).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro da "American Society of International Law". Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Prática Consular e História Diplomática do Brasil em 1945, no de Prática Diplomática em 1947, no de História da Formação Territorial do Brasil em 1948. Membro da "International Law Association" (American Branch). Professor Catedrático de Direito Consular do Instituto de Direito Comparado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro do Instituto de "Derecho Internacional de la Facultad de Ciencias Económicas del Litoral", Rosário. Membro Vitalício da "International Law Association" (Londres). Membro do Ramo Brasileiro da "International Law Association". Sócio titular da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Professor do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris. Membro do Comitê Nacional de Direito Comparado. Professor, substituído, de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito Cândido Mendes, em 1955. Diplomado pela Escola Superior de Guerra. Cônsul em Rosário. Secretário da Legação em Tel-Aviv. Secretário da Delegação do Brasil à 2.^a parte da 1.^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York,

setembro de 1946. Secretário da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional, em fevereiro de 1955. Membro do setor de Assuntos Jurídicos da Comissão encarregada de elaborar as Instruções expedidas à Delegação do Brasil à XI Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em novembro de 1956. Encarregado de Negócios em Tel-Aviv.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly.

(CPCD — Geografia).

Bacharel e Licenciado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Doutor em Geografia pela mesma Faculdade. Pós-graduado nas Universidades da Califórnia e da Louisiana, onde defendeu tese de doutoramento (Ph.D.) em Geografia. Assistente de Ensino da Universidade da Califórnia, em Berkeley (1943). Professor Catequístico de Geografia da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (desde a sua fundação). Professor Catequístico de Geografia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Diretor do "Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil" da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Professor de Geografia no Instituto Rio-Branco do Ministério das Relações Exteriores (desde 1940). Ex-Membro da Comissão do Livro Didático. Representante da Faculdade Nacional de Filosofia junto ao II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia e à Reunião Brasileira de Ciências do Solo. Delegado ao Brasil aos XVI e XVII Congressos Internacionais de Geografia, em Lisboa (1949) e Washington (1952), respectivamente. Membro da Missão Cultural Brasileira ao Uruguai (1949). Delegado ao Governo Brasileiro junto às I e II Reuniões Pan-americanas de Consulta sobre Geografia (1949 e 1952, respectivamente). Delegado do Governo Brasileiro ao "Seminário sobre o Ensino da Geografia" em Montreal, Canadá, organizado pela UNESCO (1950). Presidente da Seção de "Demografia e Geografia Cultural" do XVII Congresso Internacional de Geografia em Washington (1952). Primeiro Vice-Presidente da União Geográfica Internacional. Ex-Membro da Comissão Consultiva sobre Pesquisas de Problemas das Terras Áridas da UNESCO. Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências. Membro de Honra da Sociedade de Geografia de Berlim. Membro de diversas Sociedades científicas nacionais e estrangeiras. Secretário Executivo da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional e da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Comendador da Ordem Nacional do Mérito. Entre as obras publicadas: "Escotismo e Educação"; "Educação Extra-Escolar e de Adultos"; "The Pointe Coupée Cut-Off in Historical Writings", The Louisiana Historical Quarterly, Vol. XXVIII, n.º 1, Jan. 1945; 69-84. "Contribuição ao Estudo da Geografia"; "O Trabalho de Campo na Geografia e o Equipamento Didático" (Prefácio de Pierre Deffontaines); "The Distribution of Water Power Resources in Brazil with Reference to the Participation Ratio Concept", Annals of the Association of American Geographers,

June 1948: 133-144. "The Names Pointe Coupée and False River: an Inquiry in Historical Geography", The Louisiana Historical Quarterly, July 1948; 9 p. "Enchentes e Movimentos Coletivos do Solo no Vale do Paraíba em dezembro de 1948 — Influência da Exploração Destrutiva das Terras, Revista Brasileira de Geografia, abril-junho 1949; 223-261. "A Propósito da Colonização Germânica em Terras de Mata da América do Sul", Revista Brasileira de Geografia, outubro-dezembro de 1959: 591-612. "Vales Tectônicos na Amazônia", Revista Brasileira de Geografia, outubro-dezembro de 1950: 511-534. "The Physical Basis of Brazilian Society, Brazil: Portrait of Half a Continent, New York: The Dryden Press, 1951; 52-85. "Brasil Devastado", A Ordem, novembro de 1951: 31-42. "A Sêca de 1951 no Ceará" (Exposição feita na Câmara dos Deputados, a convite da Comissão do Polígono das Sêcas), Diário do Congresso Nacional, 27 de outubro de 1951; (10.150 — 10.155). "Aspectos da Sêca de 1951 no Ceará", Revista Brasileira de Geografia, julho-setembro 1951. "Agriculture and Industry in Brazil", Geographical Journal, December 1955: 488-502. "A Água e o Homem na várzea do Ceará", 1956, XII + 229 p., 1 vol. de mapas. "Geography's Contribution to the Better Use of Resources", The Future of Arid Lands, 1956: 200-220. "Fracture Patterns in the Amazon and Mississippi Valleys" (em colaboração com Richard J. Russell), Proceedings, XVIIth "International Geographical Congress", 1957: 380-385. "Land Use and the 1951 drought in Ceará", Proceedings, op. cit.: 672-682.

TENÓRIO, Oscar Accioly

(CPCD — Direito Internacional Privado — Direito Internacional Público).

Desembargador. Catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, da Faculdade de Economia, da Faculdade de Ciências Jurídicas. Livre Docente da Universidade do Brasil. Obras publicadas: "Direito Internacional Privado"; "Lei de Introdução ao Código Civil"; "Da Aplicação da Lei Penal"; "Dos Mandatos Internacionais"; "Estudo sobre a Substância dos Testamentos em Direito Privado Internacional"; "O Problema Imigratório e a Constituição de 1934"; "Imigração".

GALVÃO, Ivan

(CAD — Italiano)

GOMES, Ministro Jaime de Barros

(CPCD — História Social e Política do Brasil)

GRIECO, Secretário Donatello

(CPCD — Português)

GRIFFIN, William James

(CPCD — Inglês)

GUIMARÃES, José Nunes

(CPCD — Política Econômica)

HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca

(CAD — Prática Diplomática)

LAGE, Alfredo Martins

(CE — Inglês)

LAGO, Ministro Antonio Corrêa do

(CPCD — Orientação Profissional)

LIMA, Alceu Amoroso

(CPCD — Economia Política)

(CAD — Sociologia Política)

LOBO, Ministro Hélio

(CAD — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática)

MADEIRA, Marcos Almir

(CAD — Estudos Brasileiros)

MANGABEIRA, Francisco

(CPCD — Direito Internacional Público)

MARINHO, Ministro Ilmar Penna

(CPCD — Direito Internacional Privado)

NELLO, José de Campos

(CPCD — Economia Política)

MONTEIRO, Clovis do Rêgo

(CPCD — Português)

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ALMEIDA, Secretário Miguel Álvaro Osório de

(CPCD — Economia Política)

ALMEIDA, Renato Costa

(CPCD — Português)

ANDRADE, Dyla Silvia Navarro de

(CEX — Prática de Arquivo)

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de

(CPCD — História do Brasil)

BACKHEUSER, Everardo

(CEX — Geografia Política do Brasil e da América Latina)

BECKER, Martha Ellen

(CE — Alemão)

BRAGA, Secretário Pedro de Souza Ferreira Gonçalves

(CPCD — Direito Internacional Público)

BRITO, Aldemar Hora Dantas de

(CPCD — Política Internacional)

BRITO, Dante de

(CPCD — Inglês)

BURGOS, Frederico Luis de

(CE — Estenografia)

CAMPOS, Conselheiro Roberto de Oliveira

(CAD — Sociologia Política)

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja

(CEX — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina)

- MOREIRA, Laura de Barros
(CEX — Praxes Sociais e Diplomáticas)
- MORTARA, Marcella
(CAD — Italiano)
- MOTA, Secretário Benedito Roque da
(CAD — Prática Diplomática)
- MOTTA, Petrônio
(CPCD — Português)
- NASCENTES, Antenor
(CPCD — Português)
- NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(CEX — Prática Consular)
- NOGUEIRA, Júlio
(CE — Português)
- PEDROSA, Mário
(CPCD — Política Internacional)
- PEREZ, David José
(CAD — Espanhol)
- PIMENTEL, Maria de Lourdes
(CE — Criptografia)
- PINHEIRO, Secretário João Baptista
(CPCD — Economia Política — Política Económica)
(CEX — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional)
- PORTO, Secretário Luiz de Almeida Nogueira
(CPCD — Direito Internacional Público)
(CAD — Prática Diplomática)
- PÓVOAS, Sílvia Ribeiro
(CE — Datilografia)
- REZENDE, Omar Vieira de
(CE — Prática de Correspondência e Comunicações)
- RIBEIRO, Pedro Freire
(CPCD — Política Mundial Contemporânea)

- RIOS, José Arthur
(CAD — Estudos Brasileiros)
- RODRIGUES, Secretário Carlos Calero
(CPCD — Direito Internacional Público)
- RODRIGUES, Ministro Jayne Azevedo
(CPCD — Orientação Profissional — Política Internacional)
- SÁ, Hermane Tavares de
(CAD — Estudos Brasileiros)
- SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(CAD — História Diplomática do Brasil)
- SILVA, Paulo César Machado da
(CPCD — Inglês)
- SILVA, Roberto Barbosa da
(CPCD — Português)
- SOUSA, Senador José Ferreira de
(CPCD — Direito Civil e Comercial)
- VASCONCELLOS, Conselheiro Dora Alencar de
(CAD — Prática Consular)
- VASCONCELLOS, Cônsul Marina de Barros e
(CPCD — Francês)
(CE — Francês)
- VIANA, Hélio
(CAD — História Diplomática)

das no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são indicados para os programas de estágio de estudos realizados pelas Nações Unidas e pela O.E.A. Esses programas destinam-se a fornecer os elementos necessários ao conhecimento das referidas Organizações.

REMOÇÃO

Findo o estágio na Secretaria de Estado e confirmados na Carreira, poderão os novos funcionários ser removidos, para exercerem funções de Terceiro Secretário numa Missão diplomática ou Vice-Cônsul numa Repartição Consular, por um período mínimo de dois anos em cada pôsto e de quatro a seis anos no exterior.

INFORMAÇÕES SOBRE O INGRESSO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

NOMEAÇÃO

Concluído o Curso de Preparação e entregues os respectivos diplomas, procede-se à nomeação dos novos funcionários, obedecendo-se para tal à ordem decrescente da classificação final. A posse é geralmente dada poucos dias após a nomeação e marca o início de uma nova etapa, que é o estágio na Secretaria de Estado.

ESTÁGIO

De acôrdo com a legislação federal referente ao funcionalismo público, nos dois anos que se seguem ao dia da posse devem os novos funcionários demonstrar as qualidades mínimas indispensáveis ao bom exercício das funções diplomáticas ou consulares que lhes serão atribuídas de futuro.

Durante o estágio probatório é costume fazerem os novos diplomatas um rodízio por diversas seções da Secretaria de Estado — Arquivo, Divisão de Comunicações, Cerimonial, Passaportes, Econômica, Consular, Departamento de Administração e Secretaria Geral — o objetivo dêsse rodízio é proporcionar, com a brevidade possível, uma revisão de conjunto dos serviços do Itamaraty àqueles que se iniciam na vida diplomática.

NAÇÕES UNIDAS E ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

De acôrdo com a praxe estabelecida pelo Departamento de Administração, os primeiros colocados das turmas aprova-

ÍNDICE

	Págs.
O INSTITUTO RIO BRANCO	
Diretoria e Chefes de Seção	3
Histórico	5
Organização	8
Atividades	10
RELATÓRIO REFERENTE A 1956	
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.)	21
Exame Vestibular	23
C. P. C. D.	23
1.º ano letivo — Corpo Docente	26
1.º ano letivo — Examinadores	27
1.º ano letivo — Corpo Discente	27
2.º ano letivo — Corpo Discente	27
2.º ano letivo — Corpo Docente	28
2.º ano letivo — Examinadores	23
Turma diplomada em 1956	29
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C. A. D.)	30
Turma diplomada em 1957	32
Corpo Docente	33
Pesquisas e Publicações	33
Biblioteca	34
Programas	33
Exame Vestibular	37
1.º ano letivo	39
2.º ano letivo	47
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas — C. A. D.	57
Legislação	69
RELATÓRIO REFERENTE A 1957	
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.)	73
Exame Vestibular	89
1.º ano letivo — Corpo Docente	91
1.º ano letivo — Examinadores	91
1.º ano letivo — Corpo Discente	94
2.º ano letivo — Corpo Discente	94
2.º ano letivo — Corpo Docente	95
2.º ano letivo — Examinadores	96
Turma diplomada em 1957	97
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (C. A. D.)	97
1.ª turma diplomada em 1957	98
	101
	101

	Págs.
2.ª turma diplomada em 1957	102
Corpo Docente	105
Pesquisas e Publicações	106
Biblioteca	106
Programas	109
Exame Vestibular ao C. P. C. D.	111
1.º ano letivo	115
2.º ano letivo	117
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas — C. A. D.	119
Legislação	124
PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO DE 1945 A 1957	123
PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO — 1956 E 1957	
RELAÇÃO DOS EX PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO	140
INFORMAÇÕES SOBRE O INGRESSO NA CARREIRA DE DIPLOMATA	144

